



Handwritten signature in blue ink.

ATA Nº8
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE BORBA
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE

-----Aos vinte e nove dias, do mês de setembro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas vinte e uma horas e quinze minutos em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Período Antes da Ordem do dia-----

-----**PONTO UM PONTO UM** Análise conducente à aprovação da Ata nº7 da Sessão Ordinária de 20 de junho de 2014.

-----**PONTO UM PONTO DOIS:** Leitura do Expediente-----

-----**PONTO UM PONTO TRÊS:** Outros assuntos, de interesse para a Autarquia-----

PONTO DOIS: Período para intervenção do público-----

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia-----

-----**PONTO TRÊS PONTO UM** Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira-----

-----**PONTO TRÊS PONTO DOIS:** Proposta de Lançamento de Derrama para o ano de 2015. -----

-----**PONTO TRÊS PONTO TRÊS:** Proposta de Fixação de Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2015. -----

-----**PONTO TRÊS PONTO QUATRO:** Proposta de Fixação de Participação Variável do IRS para o ano de 2015.-----

il



----**PONTO TRÊS PONTO CINCO:** Proposta de 1ª Revisão Orçamental (1ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 1ª Revisão ao Orçamento da Receita; 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal e 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos). -----

----**PONTO TRÊS PONTO SEIS:** Pedido de autorização à Assembleia Municipal para Assunção de Compromissos Plurianuais – Aquisição de Serviços relativos a atividades de Enriquecimento Curricular. -----

----**PONTO TRÊS PONTO SETE:** Pedido de autorização à Assembleia Municipal para Assunção de Compromissos Plurianuais – " Aquisição de Serviço de Implementação de Escovagem Dentária em escolas do 1º Ciclo – " Anos letivos 2014/2015 e 2015/2016. -----

----**PONTO TRÊS PONTO OITO:** Minutas de Acordos de Execução com as Juntas de Freguesias e submissão à Assembleia Municipal para efeitos de autorização e respetiva celebração. -----

----**PONTO TRÊS PONTO NOVE:** Minutas de Acordos de Cooperação com as Juntas de Freguesia e submissão a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

----**PONTO TRÊS PONTO DEZ:** Proposta de Aprovação da Versão Final do Projeto de Regulamento de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município de Borba, após audição pública e audiência dos interessados. -----

----**PONTO TRÊS PONTO ONZE:** Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro integrado no PAEL – 2º Trimestre de 2014. (Título Informativo) -----

----**PONTO TRÊS PONTO DOZE:** Apreciação do Relatório Financeiro do 1º Semestre de 2014, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas (ROC). -----

-----Tendo presente o nº 1 do artigo 57º da Lei 75/13 de 12 de Setembro lavra-se a presente ata:-----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão e solicitou que se realizasse a chamada, verificando-se a presença dos membros: Luiz Manuel dos Santos Bimbo; Ricardo Jorge Brinquete Lapão; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Célia Maria Matos



M

Alpalhão; Pedro Manuel Alpalhão Bilro; Leonel António Valentim Infante; António Júlio Florindo Prates; Ângelo João Guarda Verdades de Sá; Celso Miguel Lopes Ramalho; Joaquim Manuel Ganito Trincheiras; Augusto Manuel Bilro Guégués; João Miguel Cordeiro Geadas Letras; Paulo Jorge Ramos Ferreira; João Pedro Velez Paulo; Pedro Manuel Lopes Grego; Crispim Francisco Avó Lopes; Paulo Jorge Panasco Aires; Quintino Manuel Primo Cordeiro; João António Ameixa Morgado.-----

----- Verificou-se a ausência do membro: Francisco José Ramalho Mendes, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.1**) e foi substituído pelo senhor Celso Miguel Lopes Ramalho. -----

PONTO UM: Período antes da Ordem do Dia-----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** leu o seguinte texto: -----

"Estimados pares, por um bambúrrio da história, há precisamente um ano, neste mesmo dia e a esta mesma hora, o MuB - Movimento Unidos por Borba, comemorava na rua o facto de ter tido mais votos nas eleições autárquicas, logo a honra e a responsabilidade de gerir a autarquia.-----

- Um ano decorrido, todos nós eleitos, temos procurado estar à altura da confiança depositada pelos Borbenses nas nossas capacidades. O trajeto não tem sido fácil, mas a generosidade, o empenho e a vontade dos eleitos em superar os inevitáveis obstáculos deste caminho de pedras, reais, implícitos ou criados, têm vindo a ser paulatinamente fortalecidos com o decorrer do tempo nesta nobre atividade que é o exercício da política local.-----

- Pela nossa parte continuamos seriamente empenhados em fazer tudo o que for possível, no sentido de tornar cada vez mais aprazível viver em Borba. -----

- Aliás, facilmente reconhecemos que o fim último desta política deverá ser a procura incessante do bem-estar dos que nos elegeram e nunca o pueril desejo de protagonismo, mais ou menos explícito.-----

vil



- Todos sabemos que os votos obtidos em eleições nada mais fazem que legitimar as intenções dos eleitos, sendo que o facto dos que têm mais votos ficarem obrigados por consequência a fazer corresponder essa legitimação à ação enunciada durante a campanha eleitoral.-----
- É justamente este passo o mais importante e sem dúvida o mais difícil quer individual quer coletivamente, isto é o passo entre a conceção e a execução de qualquer projeto que queiramos levar à prática.-----
- Estou plenamente convencido que todos os eleitos nesta Assembleia partilham os pontos de vista aqui expressos por mim, mas que são os desta mesa, sendo portando a ambição de todos nós fazer uma correspondência biunívoca entre a teoria e a prática para que o bem comum saia cada vez mais reforçado.-----
- Não estamos, de maneira nenhuma, a dizer que deverá haver unanimismo na teoria, mas outrossim que suspeitamos até de consensos a qualquer preço, embora na prática possam haver em alguns pontos mais aproximação que afastamento, sendo esses justamente que deverão ser aprofundados e desenvolvidos. -----
- No Portugal de hoje vergastado por sucessivos escândalos financeiros, cada um maior que o anterior. A austeridade veio para ficar, tornando-se cada vez mais acentuada, com níveis de desemprego elevados, as famílias em desagregação, o país hipotecado, a população a envelhecer, causam claramente preocupação, insegurança e desânimo à grande maioria dos portugueses. -----
- A atual liderança da política nacional não tem cumprido com as suas funções essenciais, como sejam; equidade na distribuição dos bens, regulação da economia e finanças, apoio social aos mais desfavorecidos, facilitar a acessibilidade à saúde, elevar o nível de ensino nos diferentes estabelecimentos etc. -----
- Os conflitos mundiais são cada vez mais exacerbados e selvagens, com crescente mortandade de inocentes. A falta de humanidade e o desinteresse das potências mundiais capazes da resolução dos problemas, antes os acirrando, sem fim que se vislumbre no



ml

nosso horizonte temporal, tornam o planeta cada vez mais um lugar inóspito. -----

- Tudo isto perfaz um perigoso conjunto de factos que nos deve levar a refletir com profunda objetividade tocando desde já a reunir forças para um combate ainda mais sério, levado a cabo por todos nós, para os desregrados tempos que se avizinham. -----

- Todos os verdadeiros democratas não serão demais nesta luta." -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** sugeriu a adição de um ponto à ordem de trabalhos, mais concretamente a fixação do feriado municipal, e passou a explicar estar a sua sugestão relacionada com o facto de ao analisar o Regimento da Assembleia Municipal, mais concretamente o" (...) artigo 5.º, ponto 2, alínea o) (...) ", ter constatado ser da responsabilidade da Assembleia Municipal a fixação anual do feriado municipal. -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a chamada de atenção. Tendo seguidamente informado tencionar marcar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, para em conjunto se "limarem" algumas arestas e acertarem alguns pontos menos explícitos do regimento. Em continuação, segundo disse, de forma a tratar o assunto " (...) o mais democraticamente possível (...) ", solicitou aos senhores deputados que fizessem chegar á mesa da Assembleia, os pontos que queriam debater nessa sessão. -----

----- **O deputado Augusto Guégús** desejou boa noite a todos os presentes e disse," (...) quero fazer uma chamada de atenção à mesa. O senhor presidente se fizer uma leitura do regimento, verificará que não está consignado qualquer privilégio (...) em termos de intervenção. A ordem de trabalhos é específica e o ponto um, determina o que deve ser tratado. O senhor faz aqui uma intervenção (...), não sei o que é que o senhor quer comemorar no dia vinte e nove, mas penso que é um bocado abusivo. A primeira pessoa a defender um funcionamento de uma Assembleia, deve ser o seu próprio presidente, (...) e a ordem de trabalhos está discriminada, determinada, (...) há uma violação á partida do funcionamento desta Assembleia. " Acrescentou " (...) as pessoas primeiro têm de se inscrever e depois dá-se-lhe a palavra". -----



----- Por último reafirmou ter sido aquela sua intervenção, " (...) um parecer, uma chamada de atenção à mesa". -----

----- PONTO UM PONTO UM: **Análise conducente à aprovação da Ata nº7 da Sessão Ordinária de 20 de junho de 2014.** -----

----- **O deputado Rui Franco** desejou boa noite a todos e pediu duas pequenas retificações à ata. Onde se lê, na página onze, " (...) presidente da Câmara de Arraiolos", deve ler-se " (...) presidente da Assembleia Municipal de Arraiolos". Onde se lê " (...) representante do Município de Borba, deve ler-se " (...) representante da Assembleia Municipal de Borba". -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** disse " (...) aquando da última reunião que o MuB, na pessoa do senhor Rui Franco, insistiram em aprovar uma alteração ao Regimento, através do não envio de papel para os (...) deputados eleitos (...), desde logo, chamámos a atenção, tanto eu como o João Pedro, que não nos parecia (...) muita certeza, que esta situação fosse ou não fosse legal. -----

(...) Se verificarmos a página vinte e dois e vinte e três da mesma ata, inclusivamente, o deputado Rui Franco propõe, "eliminando-se o envio por carta e revogando-se o artigo trigéssimo do Regimento da Assembleia Municipal", (...) logo na altura pareceu-me pouco legal e disse-o, o João Pedro também. O artigo cinquenta e oito do Regimento que vocês próprios criaram e nós apenas alterámos algumas coisas, diz que o Regimento só pode alterado por proposta de um grupo municipal indicando isso, com maioria simples, (...) é alterado quando no outro dia a seguir, ou imediatamente a seguir for promulgado em Edital ou em Boletim Municipal, qualquer alteração ao Regimento (...) só tem validade, quando publicado por si (presidente), em Edital ou em Boletim Municipal. Posto isto, este eliminar ou revogar, como lhe chamaram, o artigo trigésimo não foi feito de uma forma correta, segundo o Regimento com o qual nós trabalhamos. -----

----- A seguir diz também que o senhor presidente, no artigo vinte e três, têm que assegurar o cumprimento da Lei e dar as condições necessárias para a efetivação da



WJ

Assembleia e o artigo vinte e seis diz que, é da responsabilidade da Câmara Municipal (...) que dispõe de instalações e de equipamentos necessários ao seu funcionamento. Ora bem, a partir do momento em que não nos dão papéis, que eliminaram essa situação, por iniciativa vossa. Que não temos computadores, aqui colocados, não temos nada, também é mais um ponto que não está a ser legitimado e, menos ainda, não me parece muito legal. --- (...) era só chamar a atenção disso, que tive o cuidado de chamar na altura, (...) que só vocês, (...) nem a CDU - Coligação Democrática Unitária, que está convosco a dirigir a Câmara, nem eles sequer concordaram com isso, (...) desde logo disseram que não devia ser legal. " (...) é da sua responsabilidade, senhor presidente, assegurar a lei, aqui não foi assegurada, o Regimento não pode ser alterado sem ser promulgado. (...) retirem as ilações que assim entenderem. Mas eu chamei a atenção logo na altura. (...) ". -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** desejou boa noite a todos os presentes e pediu que fosse efetuada uma correção na página dez da ata, dizendo onde se lê " (...) projeto URBAL- Políticas Locais de Prevenção da Violência", deverá ler-se " (...) projeto URBAL – Projeto Aglomerados Urbanos em Áreas Protegidas – Métodos para promover o desenvolvimento sócio-económico da população com tutela da Natureza (...) ". -----

----- **O deputado João Pedro** desejou boa noite a todos os presentes e disse que relativamente à questão colocada pelo senhor deputado Paulo Ferreira lhe parecia de todo conveniente, que enquanto não estivessem criadas as condições para os deputados municipais terem digitalmente acesso aos documentos na Assembleia Municipal, os mesmos deveriam continuar a ser entregues em papel, fundamentando a sua afirmação, ao referir que ainda não existe um parecer sobre a legalidade da não entrega dos documentos em suporte de papel, como, recordou, ficou em ata. -----

----- Relativamente à questão da revogação do artigo trigésimo, disse estar totalmente de acordo com o que tinha sido dito pelo deputado Paulo Ferreira. Afirmando que as regras estipuladas têm de ser cumpridas. -----

----- Quanto à CDU estar a dirigir a Câmara com o MuB, " (...) aqui na Assembleia

inf



Municipal, a questão é diferente (...), quando temos que votar contra questões que achamos que não estão corretas, votamos, e na Câmara fazemos a mesma coisa". -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** fez um reparo " (...) ainda não percebi se estamos a falar da ata ou se estamos a falar dos documentos de apoio à Assembleia Municipal". Disse que no seu entender estavam no ponto um, ponto um, o qual tinha que ver com aprovação da ata, e não com os outros assuntos que estavam ali a ser discutidos. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou que o ponto em discussão era o ponto um, ponto um "Análise conducente à aprovação da Ata nº7 da Sessão Ordinária de 20 de junho de 2014". -----

----- **O deputado Joaquim Trincheiras** desejou boa noite a todos os presentes e disse " (...) sobre a questão de alguns pontos que são falados aqui, que não vêm espelhados na ata, página trinta e seis, uma resposta do senhor presidente da Câmara Municipal a uma intervenção minha, o senhor presidente na altura respondeu e disse que não "alinhava em panelinhas" e terminou também, "comigo não vão fazer farinha". Referiu que tinha aquelas expressões registadas nos seus apontamentos e não estavam espelhadas na ata. Disse serem aquelas " (...) apenas duas das muitas omissões nas atas habitualmente".

----- **O presidente da Assembleia Municipal** perguntou " (...) mas as atas não são um resumo (...)?! Não são um relato textual do que se passa aqui!". -----

Após efetuadas as respetivas correções, colocou a ata à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com dezasseis votos a favor e três abstenções. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse " os eleitos do PS – Partido Socialista, (...) aprovam esta ata com os reparos que fizemos". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse "Obviamente!" -----

PONTO UM PONTO DOIS: Leitura do Expediente

----- **O 2º Secretário da Assembleia Municipal** cumprimentou todos os presentes e informou terem chegado à mesa da Assembleia Municipal, alguns ofícios dos eleitos do PS

a solicitarem documentação variada, nomeadamente folha de obra, orçamento e guia de pagamento da empreitada respeitante à estrada de acesso à Herdade do Monte Branco; pareceres jurídicos dos concursos de admissão de pessoal ao quadro da Autarquia; cópia da proposta apresentada pelo deputado Rui Franco relativamente à redução de papel; programas do IEPF a decorrer no Município e número de pessoas abrangidas pelos mesmos. -----

----- Referiu, igualmente, ter sido apresentado um ofício pelo deputado Ângelo de Sá, a solicitar à mesa da Assembleia o envio da documentação em formato de papel. -----

----- Informou ter tido toda a correspondência recebida a devida resposta. -----

-----PONTO UM PONTO TRÊS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia-----

----- O deputado Celso Ramalho desejou boa noite a todos os presentes e de seguida leu uma tomada de posição dos eleitos do PS (arquiva-se em pasta anexa como **doc. nº.2**) -----

"Relativamente à análise do primeiro ano de exercício do MuB a frente dos destinos da Autarquia o Partido Socialista vê com preocupação o seu desempenho. -----

- Nos doze anos em que o Partido Socialista geriu esta Autarquia foram investidos cerca de quarenta milhões de euros, só em projetos comunitários dando por isso uma média de três, vírgula, quatro milhões de euros de investimento por ano. -----

- Foi aqui discutido e votado o orçamento para este ano sendo que das míseras quatro propostas de investimento (dois parques infantis, a aquisição de duas viaturas e o arranjo da Avenida D. Dinis de Melo e Castro), que a autarquia propôs realizar, verificamos que o investimento no Concelho de Borba até à data de hoje foi de zero euros. -----

- Não observamos planeamento nem rigor na gestão da autarquia. -----

- São as escolas que fecham, regulamentos que não são cumpridos, é o desrespeito pelas Juntas de Freguesia ao privarem-nos de não terem autonomia para investir, é o desrespeito pelos trabalhadores, tendo estes vínculos precários, etc. -----

- O executivo camarário não se pode nem deve refugiar no PAEL - Programa de Apoio à



Economia Local, pois este é um instrumento de gestão que dá margem de manobra para investir. Basta que para isso exista planeamento, inteligência e vontade política. -----

----- Estamos certos que os borbenses farão a sua análise deste último ano de gestão MuB / CDU.-----

- Os eleitos do Partido Socialista". -----

----- O deputado Augusto Guégués disse que ia apresentar uma tomada de posição do Partido Socialista, (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.3**) relativamente à " (...) questão da utilização dos trabalhadores, de forma (...) pouco correta, nomeadamente aqueles que a Câmara utiliza e que estão no desemprego". Referiu que os dados que tinham sido pedidos eram demonstrativos e que nessa sequência apresentavam aquela tomada de posição. Salientou, não terem os eleitos do PS nada contra " (...) a utilização destes desempregados, mas estamos contra a forma abusiva como muitos deles estão a ser utilizados. Gostaríamos que o (...) STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, observasse "in loco", (...) o que se está a passar aqui nesta autarquia". -----

" Os eleitos do Partido Socialista após constatarem: -----

- Que o Município de Borba é o campeão dos programas financiados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional para se aproveitar de mão-de-obra barata; -----

- Que são as pessoas colocadas nestes programas as mais prejudicadas, porque lhe criam expectativas de emprego e após o fim do desemprego são lançadas completamente ao abandono; -----

- Que existe uma promiscuidade total entre algumas Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal permitindo a rotatividade das pessoas colocadas; -----

- Que a Câmara Municipal de Borba se aproveita desta mão-de-obra colocando as pessoas a trabalhar sem qualquer acompanhamento, violando as regras impostas pela legislação nomeadamente no que concerne ao tipo de tarefas a realizar e os horários a cumprir; -----

Em face disto, os eleitos do PS na Assembleia Municipal apresentam o mais veemente



ml

protesto sobre esta atitude tomada pelo executivo MUB / CDU da Câmara Municipal de Borba por considerarem que: -----

É inadmissível que a Câmara se aproveite da fragilidade das pessoas desempregadas para utilização de mão-de-obra barata; -----

- Que contribua para a precariedade do trabalho utilizando muitas vezes falsas promessas de emprego; -----

- Que os desempregados sejam utilizados para mão-de-obra, trabalhando como se fossem funcionários da Autarquia; -----

Os eleitos do PS, solicitam à mesa que esta tomada de posição seja enviada para o: -----

- Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social; -----

- Instituto do Emprego e Formação Profissional; -----

- Centro de Emprego de Estremoz; -----

- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local; -----

----- O deputado Celso Ramalho disse " (...) na sequência das eleições primárias que se realizaram ontem, os eleitos do Partido Socialista gostavam de propor uma congratulação (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº 4**), que passo a ler": -----

- " O PS - Borba, congratula-se com a população de Borba (militantes e simpatizantes) que participaram nas eleições primárias do Partido Socialista. -----

A partir de hoje renasceu a esperança neste país e esperamos que seja o início duma viragem política nos futuros atos eleitorais (eleições legislativas, presidenciais e autárquicas). -----

É preciso, terminar com este governo que desgoverna este país, que empobrece a população, que ataca o poder local que pretende instaurar em Portugal um regime ditatorial, - Queremos viver bem em Portugal, no Alentejo e em Borba. -----

Os eleitos do Partido Socialista " -----

----- O deputado Ângelo de Sá disse " (...) esta minha intervenção não tem que ver com o Partido Socialista, tem que ver com o eleito Ângelo de Sá, e vem na sequência da tentativa



de assassinato político que o senhor presidente me quis fazer na última Assembleia, provavelmente se transformará num suicídio seu, e portanto passo a ler o seguinte documento": -----

" Na última Assembleia Municipal em vinte de Junho de dois mil e catorze o senhor Presidente da Assembleia leu um documento que anexo (se arquiva em pasta anexa com **doc. nº 5**) e que corresponde ao ato mais vergonhoso em que assisti em dezasseis anos que tenho a honra de estar dentro deste salão nobre. -----

----- Senhor Presidente, ao tomar aquela posição revelou o estado completamente desorientado em que se encontra ao suspeitar que alguma vez o eleito Ângelo de Sá tivesse adulterado um comunicado da FNAM - Federação Nacional dos Médicos, para elaborar a moção " Pela defesa do Serviço Nacional da Saúde" apresentada em vinte e oito de abril de dois mil e catorze. -----

Quero dizer ao Senhor Presidente que todas as formações académicas e profissionais que possuo e são várias, em variados ramos do conhecimento, foram tiradas dentro do prazo normal, sem nunca ter reprovado e sempre como trabalhador / estudante, porque não tive o privilégio infelizmente que alguém me pagasse os cursos para ser estudante a tempo inteiro. -----

Quero também dizer-lhe senhor Presidente que, em todos os cursos que possuo, nunca precisei de plagiar nenhum documento e jamais o farei porque felizmente penso pela minha própria cabeça e tenho inteligência suficiente para não necessitar fazê-lo. -----

E, já agora, também lhe quero dizer que nasci, cresci e vivo nesta terra desde sempre, e que nunca exerci aqui a minha atividade profissional porque nunca quis. No entanto desenvolvo e participo aqui na minha terra em atividades em Instituições sem fins lucrativos há quarenta anos. Ao senhor, nunca o vi, aliás, via-o no Centro de Saúde de Borba e no seu consultório particular a ganhar o seu vencimento e a desempenhar a sua profissão. -----

-----Talvez esta nota introdutória o faça pensar um pouco senhor Presidente e que interiorize que aqui dentro desta casa poderá haver alguém que tenha um passado



ml

semelhante ao meu, que tenha vivido o desenvolvimento deste concelho como eu, mas o senhor Presidente nunca o fez. Parece ter despertado agora para a vida, tarde demais, em minha opinião, porque o povo da terra que eu amo não é parvo e se o senhor o anestesiou durante a campanha eleitoral, essa anestesia não dura sempre. -----

A verdade dos factos: -----

- No dia dezoito de abril de dois mil e catorze pelas vinte horas, dezassete minutos e sete segundos a Associação Nacional dos Autarcas do PS (ANA PS) enviou um mail (anexo um) para o e-mail de Ângelo Sá, transmitindo a posição da ANA PS sobre a Portaria nº. 82/2014, de 16 abril. -----

- No dia vinte e um de abril de dois mil e catorze pelas quinze horas, cinquenta e dois minutos e dois segundos, a Associação Nacional dos Autarcas do PS (Ana PS) enviou um mail (anexo dois) para o e-mail de Ângelo Sá. -----

Este e-mail trazia três anexos: -----

- Portaria nº 82/2014 (anexo três) ; -----

- Proposta de Comunicado a fazer pelo PS - Borba (anexo quatro); -----

- Proposta de Moção a apresentar pelo PS - Borba nas Assembleias de Freguesia e Assembleia Municipal se o entendesse (anexo cinco); -----

No dia vinte e dois de abril de dois mil e catorze a Comissão Executiva da FNAM (Federação Nacional dos Médicos) emite um comunicado (anexo seis). -----

No dia vinte e oito de abril de dois mil e catorze o eleito na Assembleia Municipal Ângelo de Sá apresenta a moção recebida da Ana PS recebida em vinte e um de Abril de dois mil e catorze. -----

Na Assembleia Municipal de vinte de Junho de dois mil e catorze o senhor Presidente apresenta um documento (anexo sete). -----

O senhor Presidente veja a sequência dos documentos: -----

Em dezoito e vinte e um de Abril recebi os documentos da Associação Nacional dos Autarcas do PS e no dia vinte e dois de abril a FNAM (Federação Nacional dos Médicos)



emite o comunicado. -----

Analisando, o comunicado da FNAM, datado de vinte e dois de abril, e a proposta de comunicado, recebida a vinte e um de abril da Ana PS, verificamos que a introdução do comunicado é exatamente igual, como se pode provar. -----

Imaginando que PS/Borba tinha emitido também o comunicado, seria também acusado de plágio? Senhor Presidente esteja atento e tenha confiança nos eleitos locais, mesmo de outras forças políticas. Atenção ao ditado popular, que diz, "Quem não se fia não é de fiar". - Respiro agora algumas afirmações e acusações graves que o senhor Presidente fez ao eleito do PS Ângelo de Sá que apresentou a moção, tais como: -----

(...) "O texto pareceu-me familiar, tendo por isso mesmo solicitado esclarecimento, se se tratava de uma moção emitida pela FNAM, o que foi pronta e claramente afirmado, com alguma arrogância, que se tratava de uma Moção do PS." -----

(...) " Com grande espanto e desilusão verifiquei uma analogia, claramente visível, para quem se der ao trabalho de comparar textos, de forma isenta, entre um comunicado da comissão executiva da FNAM datado de vinte e dois de abril de dois mil e catorze e a Moção apresentada pelo PS em vinte e oito de abril de dois mil e catorze." -----

(...) " Tenho muita dificuldade em acreditar em coincidências deste tipo, tão pouco em transmissão direta do pensamento". -----

(...) "Quem efetivamente martelou o referido comunicado travestindo-o de moção apresentada, salvo o devido respeito, efetuou um exercício de muito pouca inteligência e prestou um péssimo serviço a este concelho, bem como a todos os seus eleitos." -----

(...) " O desespero pela ausência de ideias e de imaginação é de tal grandeza que arriscaram adotar e adulterar um texto alheio, sem naturalmente citar a origem, negando-a até." -----

Senhor Presidente! Como é possível ter-lhe passado pela cabeça, (...) que o eleito do PS alguma vez fosse plagiar um comunicado da FNAM? Só uma mente perversa, maquiavélica e mal-intencionada, como a sua, o podia fazer. -----



vil

- Como é possível que uma pessoa da sua idade tenha uma atitude de criança ao fazer esta acusação, devidamente comprovada de que se passou exatamente o contrário? Isto é, se houve plágio, terá sido dos seus colegas da FNAM e nunca da ANA PS e PS - Borba. -----

- Como é possível que seja uma pessoa de mau caráter a dirigir, e mal, na maior parte das vezes, os trabalhos desta Assembleia Municipal? Tornando-se, muitas vezes, insolente e provocador? -----

----- **O deputado Rui Franco** ... interrompendo, disse " Oh, senhor Presidente, tem de pôr fim a isto! Isto é importante para Borba, e para os borbenses?!" -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** dirigindo-se ao senhor deputado Rui Franco disse " (...) quero deixar o senhor deputado Ângelo de Sá terminar a sua intervenção". -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** continuando, disse " (...) se houvesse alguma seriedade da parte daquele senhor da sua bancada, nem sequer me teria interrompido (...)". -----

"- Como é possível que o Senhor Presidente dê este mau exemplo aos eleitos pelo MuB. -----

- Como é possível que venha o Senhor Presidente aqui na minha cara mentir-me, tal como mentiu à população de Borba durante a campanha eleitoral? -----

- Senhor Presidente, o seu nome, não direi bom nome, e a reputação que diz ter, caiu por água abaixo com uma atitude imprópria para quem vive em democracia e dirige mal os trabalhos desta casa. -----

- Senhor Presidente espero bem que tenha a dignidade suficiente e necessária para reconhecer que cometeu um erro grave. -----

- Senhor Presidente passou a si próprio um atestado de incompetência ao tomar a atitude que tomou e tenho muitas dúvidas que não o tenha feito deliberadamente como atitude provocatória que aliás vem fazendo desde o dia da tomada de posse. -----

Senhor Presidente passo a citá-lo: -----

" Por similares razões recentemente, promissores políticos ingleses e alemães assumiram as suas responsabilidades e abandonaram pelos seus próprios pés os altos cargos que desempenhavam, evitando serem escoraçados". -----

il



- Senhor Presidente, tal como referiu, o abandono dos promissores políticos ingleses e alemães, deverá ser agora o senhor, perante tal aberração que cometeu, a abandonar as suas funções para evitar também ser escorraçado. -----

Senhor Presidente o seu bom nome e reputação que diz ter, ficaram agora efetivamente maculados por este triste episódio, causando certamente desconforto se tiver vergonha, bem como a toda a bancada do MuB. -----

- Senhor Presidente esta atitude significa passar a si próprio um atestado de imaturidade e incompetência política nada digno de um Presidente de Assembleia. -----

- Senhor Presidente desempenhe as suas funções com simplicidade, porque essa falsa humildade e arrogância, com toque provocatório, não o levam a lado nenhum, e não dignifica os trabalhos que aqui desenvolvemos. -----

- Senhor Presidente! Perante estas acusações graves e insinuações que atingem os limites da indecência, desconfiança e de falta de inteligência, os eleitos do PS exigem no mínimo um pedido de desculpas público. -----

- Senhor Presidente, para terminar, quero-lhe dizer que o que lhe sobra em arrogância falta-lhe em cultura democrática". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse "Posso defender a minha honra?"-----

----- Seguidamente disse " O senhor citou-me e eu gostei de o ouvir citar (...) sinal que me tem ouvido com atenção. Quando eu tenho dúvidas sobre qualquer assunto eu pergunto a quem sabe. (...) perguntei à FNAM nos seguintes termos: " Estimados colegas, gostaria de confirmar a autoria do vosso comunicado de vinte e oito de abril de dois mil e catorze, que foi abusivamente reivindicado pelo PS na Assembleia Municipal de Borba, conforme os meus anteriores mails (...), muito grato desde já pela atenção prestada, subscrevo-me com consideração." -----

Inesperadamente com uma rapidez inusitada o meu colega da FNAM responde o seguinte: " Desde já o nosso agradecimento pelos seus e-mails. Os comunicados emitidos pela FNAM são sempre objeto de ampla discussão no seio dos órgãos dirigentes, com múltiplos



inf

contributos dos seus elementos. O comunicado que refere foi como é óbvio, elaborado e consensualizado no seio da comissão executiva da FNAM, e foi divulgado no site da FNAM. Não podemos ainda impedir de nenhuma maneira que qualquer entidade consulte o site e se inspire no conteúdo dos nossos comunicados. Com os nossos cordiais cumprimentos Mário Jorge Neves."-----

(...) Eu pergunto-lhe o seguinte: perante a figura da análise feita no comunicado, que vocês dizem que é vosso, perante o conhecimento profundo daquilo, duvido, com todo o respeito (...) que houvesse alguém do PS, que tivesse um conhecimento tão capaz de ser tão profundo na sua análise como a FNAM. A FNAM diz aqui que houve inspiração, não pode impedir que alguém inspire. Eu peço-lhe muita desculpa, e com toda a humildade que engula as palavras que acabou de dizer. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** (...) agora defendo eu a minha honra (...) -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** (...) "vocês são capaz de ter algum sentido democrático e inscrever-se? (...) respeitar o espírito democrático e responder de acordo com o espírito democrático". -----

----- **O deputado Joaquim Trincheiras** disse" (...) comece a pedir ao público para respeitar a Assembleia, não tenha medo! -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse " (...) assim não nos entendemos, ou vocês respeitam e acatam o que se está a dizer e a minha pessoa aqui, ou então não sei (...)!" -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse que tinha o direito de responder ao que tinha sido dito ali. " (...) jamais os seus colegas podem dizer uma coisa dessas, quando eu recebo no dia dezoito e no dia vinte um da ANA PS (...) oh senhor presidente, (...) acredita nos seus colegas, eu acredito nos meus, e tenho aqui provas disso. (...) se os seus colegas forem honestos, (...) têm que provar (...) como é que a ANA PS que envia documentos a dezoito e a vinte e um, e a FNAM elabora um comunicado a vinte e dois, foi a ANA PS que foi beber à FNAM e não foi a FNAM que foi beber à ANA PS. (...) senhor presidente (...), tenha



cuidado, porque isso não é verdade, (...) tenho aqui os documentos todos. (...), Oh senhor presidente, meta nessa sua cabeça que eu nunca plagiei coisa nenhuma, (...) e jamais plagiaria um documento político (...), nuncal (...)" -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que quando aquele comunicado tinha sido apresentado e lido pelos eleitos do PS na Assembleia, " (...) pareceu-me familiar (...)." -

Interrompendo a sua intervenção, disse ao senhor deputado Augusto Guégués " o senhor se quiser intervir, inscreve-se, não está aqui com repliques fora de contexto. Eu estou a tentar justificar a minha posição. (...) "-----

----- Realçou o facto de não estar contra a " (...) justeza do texto (...) só contra a sua paternidade (...)", e lembrou até ter votado a favor daquele documento. -----

----- Reafirmou " (...) como tinha dúvidas fui perguntar (...) à FNAM", onde tinha lido pela primeira vez o comunicado em questão. De seguida voltou a ler a resposta recebida da FNAM, relativamente à sua questão a " paternidade do documento". -----

Acrescentou " (...) isto é de uma evidência tal, que não merece nenhuma contestação (...)" -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse " (...) e o senhor acusa-me (...) desse documento. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse ao deputado Augusto Guégués que não lhe tinha dado a palavra, (...) para isso tinha que se inscrever. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse ao senhor presidente da Assembleia " (...) o senhor não deu a palavra a este senhor, mas também não a deu ao senhor presidente da Câmara, desculpe lá (...)" -----

----- **O deputado João Pedro** disse que queria apresentar um requerimento de coisas importantes para o município, mas apresentá-lo-ia no final da sua intervenção. -----

----- Disse ao senhor deputado Augusto Guégués, que " (...) não estou aqui na condição de dirigente do STAL, mas como eleito da CDU, e como sou dirigente do STAL e conheço muita coisa, (...) o executivo do PS durante doze anos nunca recebeu a Direção Regional do STAL, nuncal (...) durante doze anos nunca nenhum deputado municipal do PS levantou aqui a



ind

questão da precariedade dos trabalhadores dos POC's (Quadro Comunitário de Apoio III – Programas Operacionais), (...) e foram muitos os POC's que por cá passaram, por aqui e pelas juntas, (...) POC's, contratos precários, contratos a prazo. A título de exemplo a Loja do Cidadão funciona com duas funcionárias precárias, que até têm o contrato de Assistente Operacional, que vem ainda da altura do PS". -----

- No que respeita à saudação feita pelo PS relativamente às eleições primárias, disse " (...) foi uma mudança de caras, as políticas vão continuar iguais, aliás foi durante o mandato do PS do engenheiro Sócrates que a precariedade alastrou". -----

----- De seguida passou a ler o requerimento (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº 6**) -----

- " Atendendo à situação de inoperância da EDC - Empresa Gestora das Áreas de Deposição Comum dos Mármore, S.A., tendo em conta a sua complicada situação financeira e tendo em consideração o investimento feito pelo município e dos fundos europeus aí investidos aquando da sua criação. -----

- Sabendo da degradação do património lá instalado, dos rumores de vendas, sem qualquer controlo, desse património. Considerando a necessidade de uma tomada de posição por parte do município para garantir a salvaguarda desse património e defender os interesses da população de Borba, vimos requerer junto de V. Exas., o seguinte: -----

- Um - solicitar ao conselho de Administração, relatório pormenorizado sobre a real situação da empresa. -----

- Dois - solicitar a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos, para uma futura sessão da Assembleia Municipal, de forma a garantir a análise e discussão do assunto. -----

Os eleitos da CDU." -----

----- **O deputado João Morgado** desejou boa noite a todos os presentes, e seguidamente disse que em consequência do lugar que lhe estava destinado na sala tinha bastante dificuldade em ouvir, e reiterou, vir frisando esse facto desde o primeiro dia em que se sentou nesse local. -----

il



----- **O deputado Ângelo de Sá** disse não ter percebido se o deputado João Pedro estava a falar enquanto delegado do STAL, ou enquanto deputado municipal, e acrescentou terem sido as delegações, distritais e locais, do STAL, várias vezes recebidas ao longo dos anos. Tendo, segundo disse, inclusivamente, alguns problemas sido tratados em conjunto com o STAL. E, seguidamente realçou, que eventualmente, o que tinha acontecido, era não terem, essas delegações, sido recebidas a quantidade de vezes que o STAL gostaria.-----

----- **O deputado Rui Franco** disse que pelo facto de não se ter enviado a documentação de apoio necessária àquela sessão de Assembleia em papel, se tinha economizado, cerca de três mil e oitocentas cópias, o que representava, segundo disse, uma significativa poupança de recursos, nomeadamente água e energia. Tendo no seguimento apelado à reflexão dos deputados sobre o assunto em discussão.-----

----- **O deputado Paulo Ferreira** referiu que na Assembleia de vinte de Junho do ano dois mil e catorze, tinha dito que " (...) bastava que dessem um exemplar dos documentos em papel a cada um dos líderes, pois já assim se poupava bastante (...) " e acrescentou " (...) concordo que não se deve gastar papel, mas penso, que todos estamos de acordo, que isto estar ilegal é pior, e a responsabilidade é sua, senhor presidente! (...), o senhor é em último caso o responsável máximo do cumprimento do regimento que vocês propuseram (...) ". -----

----- Salientou a necessidade de procederem à alteração do regimento, para que não fossem cometidas ilegalidades. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que tinham proposto o regimento, mas ele tinha sido aprovado por unanimidade. -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** acrescentou não ser isso que estava em causa, pois também eles tinham ajudado na elaboração do regimento, e, até mesmo, nalgumas correcções, e passou a explicar " (...) se as coisas não estão a correr como está lá disposto, ou alteramos como deve ser alterado, e ele próprio define, ou então temos de respeitar como está, e fazer chegar os documentos em papel (...) ". -----



ml

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse que relativamente ao envio da documentação em formato de papel, não se ia manifestar. Disse, com o objectivo de me ser concedido em suporte de papel a documentação de apoio à Assembleia " (...) contactei a mesa da Assembleia (...) ", que me respondeu" (...) que se eu entendesse que recorresse aos tribunais (...) e provavelmente será isso que irei fazer (...) ". -----

----- Disse ter solicitado à Câmara Municipal Borba, através da mesa da Assembleia Municipal, sobre os pareceres jurídicos dos concursos que tinham ocorrido no município, e que o senhor presidente da Câmara Municipal lhe tinha dito que possuía dois pareceres e aguardava um terceiro, mas que, possivelmente por lapso, só lhe haviam sido remetidos dois documentos, uma carta dirigida à CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, a solicitar um parecer, e um parecer elaborado pela jurista da Câmara Municipal de Borba.-----

----- No seguimento disse que continuava a aguardar que o terceiro parecer lhe fosse remetido, e que nem queria imaginar que o terceiro parecer não lhe havia sido entregue por não estar de acordo com o primeiro parecer. -----

----- **O deputado Rui Franco** disse que um dos pontos do requerimento, apresentado pelo MuB, na sessão de Assembleia de vinte de Junho de dois mil e catorze, em que propunha acabar com o papel, consistia em pedir um parecer à CCDR sobre a legalidade da situação, e acrescentou que, na sua opinião, se deveria aguardar pelo parecer e posteriormente, caso fosse necessário, proceder à alteração do Regimento. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** desejou boa noite a todos os presentes, e disse ao deputado Celso Ramalho que, no dia anterior, tinha visto uma pessoa, que tinha sido derrotada, ter um sentido democrático e de aceitação, de não ser alternativa, nada comum nos nossos dias. -----

----- Acrescentou que no dia vinte e nove de setembro de dois mil e treze, o PS deixou de ser alternativa e disse ". Por muito que digam que a Câmara não faz investimentos, que desenvolve a precariedade através da utilização de trabalhadores de projetos do IEFP e

in



outras coisas mais. -----

----- Reiterou que dia vinte e nove de setembro de dois mil e treze, o PS deixou de ser alternativa para a população de Borba e disse " (...) A partir de agora, democratas como vocês são, preparem-se, trabalhem e mostrem a cara para ganharem outra vez o povo de Borba e as pessoas de Borba (...) ". -----

----- Continuando disse ser a postura apresentada, pelos deputados do PS, naquela Assembleia Municipal, uma falta de respeito pela mesa da Assembleia e pelos borbenses, e acrescentou que os deputados do PS tinham de ter respeito pelas pessoas. -----

----- Disse aos deputados do PS " (...) façam oposição concreta, correta e esclarecida, sejam todos muito bons (...) ". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** interrompendo disse " (...) apelo ao vosso sentido democrático, isto não pode continuar assim (...) ". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** continuando disse " (...) isto é uma falta de respeito, (...) eu dou-lhe um exemplo simples a vocês; Assembleia Municipal de Borba, MuB mil e novecentos votos, PS mil votos (...), por muito mal conduzidas que sejam as Assembleias, no mínimo deve existir respeito (...) ". Apelou aos deputados do PS que tivessem bom senso e respeito pelos borbenses e tratassem os assuntos de interesse para Borba. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** interrompendo, propôs um intervalo de quinze minutos. -----

PONTO DOIS: Período para intervenção do público-----

----- **Isabel Gustavo Simões** desejou boa noite a todos os presentes e disse que em julho tinha enviado uma carta à Câmara Municipal de Borba, a expor a situação de os camiões que utilizam o estacionamento junto à estrada Nacional quatro, fazerem muito pó e barulho e, até à presente data, não ter obtido resposta. -----



ml

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou que, de momento, não era possível deslocar os camiões para outro local, e informou estarem a realizar esforços no sentido de resolverem aquele problema. Acrescentou estar em estudo a hipótese de construírem um parque para camiões, num espaço pertencente à Câmara Municipal, sendo para tal necessário alterar o uso do espaço para o qual estava reservado. Por último, referiu " (...) que com grande pena (...) ", sua, não podia, no imediato, adiantar uma data concreta sobre a transferência do parque de estacionamento de camiões. -----

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia

-----PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira-----

----- O presidente da Câmara Municipal disse que o MuB, quando tinha entrado para a Câmara tinha decidido cumprir os compromissos que estavam assumidos, e passou a explicar " (...) cumprir exactamente à risca aquilo que o PAEL determina, ou seja, diminuir ao máximo a dívida (...), de forma a, que em meados do ano que vem, podermos dizer que estamos fora daquele limiar, que diz, estarmos com dívida a mais (...) ". -----

----- Informou que tinha tido uma reunião com o senhor secretário de estado da Administração Local, onde tinha apresentado os valores arrecadados com a cobrança do IMI - Imposto Municipal de Imóveis, e perguntado qual a hipótese de baixar as taxas para o ano de dois mil e quinze. Segundo disse, o senhor secretário de estado respondeu que devia aguardar os resultados deste ano, e no prazo de dois anos tentar então renegociar o valor das taxas. -----

----- Relativamente às atividades do município disse estarem as mesmas espelhadas nos documentos distribuídos, mas, que caso tivessem por oportuno, encontrava-se ao dispor para prestar qualquer esclarecimento. -----

----- Realçou que o município tinha um grupo de trabalho muito bom, independentemente



de serem pessoas do quadro de pessoal, contratados ou POC'S - Quadro Comunitário de Apoio III – Programas Operacionais. -----

----- Disse que o Dr. Passinhas iria explicar a situação financeira. -----

----- Adiantou que os impostos este ano estavam a ser cobrados pelas taxas máximas, e que iam continuar a sê-lo no próximo ano, que a intenção era reduzir dívida, e quanto mais reduzisse melhor. Realçou que em oito meses tinham reduzido cerca de um milhão de euros de dívida. Disse ter sido aquela redução feita "(...) á conta das pessoas de Borba (...) ", e salientou " (...) mas estou a fazê-lo assumidamente (...) ". -----

----- **O Chefe de Divisão António Passinhas** cumprimentou todos os presentes e passou a expor " (...) relativamente ao relatório financeiro disse não existir nada de anormal em relação aos anteriores que já tinham sido objeto de análise e de apresentação. -----

----- A execução da receita anda na ordem dos 57% (cinquenta e sete por cento), em linha de conta com aquilo que é o orçamento, muito próxima do máximo possível, para esta altura. As rubricas que mais contribuíram para que isso fosse possível foram obviamente os impostos diretos, nomeadamente o IMI, conseguiu-se arrecadar mais receitas do aquilo que estava previsto no orçamento municipal, está um pouco em linha de conta com a previsão do PAEL. Ao nível de receitas de capital não há rubricas que apresentem uma grande execução, no entanto as receitas de capital tinham um reflexo muito pequeno no nosso orçamento para este ano. -----

----- No que respeita à execução da despesa, ela anda na ordem dos 56% (cinquenta e seis por cento), muito próximo também da execução da receita. -----

-----Relativamente às dívidas a terceiros, (...) nestes últimos oito meses têm-se conseguido apresentar uma diminuição significativa, à volta de quinhentos e setenta e cinco mil euros, o que representa (...) uma diminuição mensal na ordem dos setenta e dois mil euros à dívida. Os empréstimos bancários têm vindo a ser amortizados de acordo com o plano de amortização, e de acordo com o serviço da dívida e isso representa mais que sessenta mil euros por mês." Disse que o somatório dos valores expostos representava uma redução à



nd

dívida " (...) ligeiramente superior a um milhão de euros (...) "-----

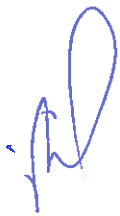
----- De seguida salientou serem aqueles dados provisórios, e " (...) que a execução ao final do mês de agosto evidenciava um pouco mais de cento e trinta mil euros mensais de redução à dívida (...) ", -----

----- Realçou, que aquela diminuição de dívida estava sujeita a uma série de condicionantes, nomeadamente o cuidado com a despesa que é efetuada pela Câmara Municipal, mantendo no entanto a Câmara a funcionar de acordo com as suas competências, e o cuidado no recebimento das receitas que nos são consignadas no âmbito do PAEL. -----

----- Informou que com aquela diminuição da dívida, o Município pretendia " (...) garantir ... que num curto espaço de tempo, consiga estar em linha de conta com aquilo que a nova lei das Finanças Locais obriga (...) ". Explicou, " (...) neste momento o (...) limite da dívida do município cifra-se em oito milhões e setecentos e cinquenta mil euros, e a dívida do município cifra-se na ordem dos dez vírgula cinco milhões de euros, logo, o município ainda está um pouco acima do limite, e o objetivo é estar abaixo desse limite ou em linha de conta com o limite. (...) " Tendo seguidamente explicado que " (...) aparentemente só quando o município atingir esse limite, poderá pedir a reavaliação do PAF - Plano de Ajustamento Financeiro (...). -----

----- O Plano de Ajustamento Financeiro, (...) que o município contém e que foi elaborada, quando da candidatura ao PAEL, não contempla na portaria que o regulamenta, nem na lei que o legisla, a possibilidade de que o plano de ajustamento financeiro possa ser revisto. No entanto, há pouco tempo, foi aprovado o Fundo de Apoio Municipal, que decorre da nova lei das Finanças Locais. (...) -----

----- Explicou que " (...) esse Fundo de Apoio Municipal contempla obrigações idênticas às obrigações a que estão consignadas aos municípios que têm o PAEL aprovado. Esse Fundo de Apoio Municipal, que está regulamentado como Plano de Apoio Municipal, já contempla a possibilidade de ser revisto passados dois anos. Portanto, aparentemente, isto significa



que os municípios que têm um Plano de Ajustamento Financeiro, também poderão num curto espaço de tempo, (...), ver revistos os seus planos de ajustamento financeiro. Mas, ao que tudo indica, apenas quando esses municípios conseguirem demonstrar, que cumulativamente seguiram o Plano de Ajustamento Financeiro à risca, (...) que conseguiram reduzir a sua dívida, e que já não estão acima do limite da dívida total. (...) ". --

----- Acrescentou que nada daquilo estava legislado ainda, daí ter dito só aparentemente, e que só naquelas situações se poderia pedir a revisão do plano. -----

----- Informou que " (...) os serviços municipais estão a trabalhar no sentido de propor constantemente ao executivo que consiga manter o orçamento em linha de conta com o Plano de Ajustamento Financeiro, de forma a conseguir, o mais depressa possível, pedir a revisão do Plano de Ajustamento Financeiro.(...) ". -----

----- Informou ter estado conjuntamente com o senhor presidente da Câmara Municipal, reunido com o senhor secretário de estado da Administração Local, onde tinham apresentado, aquelas mesmas preocupações, e referenciou " (...) obviamente que o Plano de Ajustamento Financeiro condiciona a atividade do município e as opções financeiras (...)

----- Disse que nessa mesma reunião lhes foi dito " (...) continuem a demonstrar que cumprem, continuem a diminuir a vossa dívida (...) e talvez, já nessa altura, existam condições para uma revisão do plano (...). Relativamente à retenção e redução, que o senhor presidente falou há pouco (...) ". Disse " (...) o município foi " notificado", se assim lhe quisermos chamar, pela Direção Geral da Administração Local (DGAL), relativamente à situação prevista no orçamento de estado no ano de dois mil e doze, sobre os seus pagamentos em atraso. (...) " Explicou que " (...) pagamentos em atraso pela ótica que a lei lhe confere, a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, são faturas que se encontram vencidas há mais de noventa dias (...). O orçamento de estado de dois mil e doze tinha num dos seus artigos, que no final do ano os municípios não poderiam apresentar pagamentos em atraso. Esse ano de dois mil e doze foi precisamente o ano da



ml

candidatura dos municípios ao PAEL, e o município de Borba encerrou o ano com pagamentos em atraso na ordem dos seiscentos e vinte mil euros, fomos então notificados que, de acordo com OE (orçamento de estado) de dois mil e doze, tínhamos pagamentos em atraso que não podíamos ter, e como tal, que nos pronunciássemos em sede de audiência prévia, para aferir se efetivamente tínhamos de ser alvo de uma redução, ou não. (...) "-----

----- Informou terem ido junto da secretaria de estado da administração local, tentar obter esclarecimentos sobre aquela redução, na qual obtiveram o seguinte esclarecimento " (...) que essa redução significava reduzir essas transferências em sede de orçamento de estado, as transferências do nosso fundo de equilíbrio financeiro mensais, até ao máximo de 20% (vinte por cento), todos os meses, até totalizar o montante dos pagamentos em atraso. (...) "-----

----- Explicou que aquilo era uma retenção, e não uma redução, porque aquilo era um montante recuperável, que posteriormente viria a ser devolvido ao município quando este deixasse de ter pagamentos em atraso.-----

----- Disse ter o município respondido em sede de audiência prévia e demonstrado que esses seiscentos e vinte mil euros ocorriam por duas razões distintas, a primeira por ter sido nesse ano que o município se candidatou ao PAEL, e só ter sido a candidatura aprovada no ano de dois mil e treze. O que significava não se poder pagar o que estava consignado ao PAEL, sob pena de não se poder apresentar essa despesa para ser " (...) alvo de empréstimo (...) ", justificação, que segundo disse, foi aceite pela tutela. -----

----- Disse " (...) sobrava ainda um montante (... de cento e vinte e cinco mil euros que não estava incluído no PAEL, essa foi a segunda questão que se levantou e que podia vir a ser alvo de redução, no entanto foi demonstrado também, que esse montante (...) era ainda inferior ao montante que em junho de dois mil e doze, o município inscreveu como dívida á ADSE - Direcção Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública. (...) Em junho de dois mil e doze foi reconhecida extraordinariamente pela



Assembleia Municipal uma dívida do município á ADSE, do período de mil novecentos e oitenta e dois a dois mil e seis, (...),no valor de quinhentos e trinta mil euros, bastante superior aos cento e vinte e cinco mil euros que era para ser alvo de redução.... -----

----- Informou não terem recebido até á presente data nenhuma comunicação contraditória sobre o assunto. Explicou que aparentemente o município de Borba não foi alvo da redução / retenção, porque a grande maioria dos municípios, que estavam em situações idênticas à de Borba, segundo percebeu cerca de sessenta, já tinham sido notificados e alvo de redução. Tendo, assim, concluído que aparentemente o município não se enquadrava nessa situação. -----

----- No que respeita á ADSE, explicou que" (...) o município no final de dois mil e treze tinha um acordo de regularização com a ADSE, para no ano de dois mil e catorze liquidar a totalidade da dívida, no entanto nos serviços, foi elaborada uma outra proposta. Tivemos uma reunião juntamente com o senhor presidente da Câmara na ADSE, no sentido de (...) dívida não fosse alvo de um pagamento tão apressado durante este ano, porque significava uma grande disponibilidade de tesouraria (...). " Explicou que nessa reunião se conseguiu que houvesse um alargamento do prazo de pagamento da dívida, " (...) para um período de quatro anos (...) ", o que significa, segundo disse, que se passou a pagar cento e trinta e dois mil euros num ano, em vez de quatrocentos e cinquenta mil euros. Acrescentou, que o município tem estado a cumprir e tem estado a pagar um valor ligeiramente acima do que estava estipulado no acordo. Concluindo por esse facto, segundo disse, que " (...) a este ritmo (...) ", talvez se consiga pagar a totalidade da dívida um ano antes do estipulado em acordo. -----

----- **O deputado Celso Ramalho** disse que aquela explicação tinha sido elucidativa e ia " (...) de encontro ao que os eleitos do PS pensavam relativamente ao PAEL, e do investimento que a autarquia poderia e deveria fazer". -----

----- Acrescentou, que segundo o que tinha sido ali " espelhado", na opinião dos eleitos do



74

Partido Socialista, existia margem de manobra para realizar investimento, o que, segundo disse, não tem sido efetuado. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** relativamente, à questão da dívida, disse não ter sido considerada no ano de dois mil e doze, porque em termos de PAEL, não consideraram a dívida da ADSE. Acrescentou ter sido a própria DGAL a não considerar aquele valor na verba do PAEL. " (...) logo, jamais a autarquia de Borba podia vir a ser penalizada (...) ".-----

-----**O deputado João Pedro**, após pedir autorização, colocou directamente duas questões ao chefe de divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal. -----

- Primeira questão - será possível ou não fazer a revisão do PAEL no próximo ano? -----

Segunda questão - será possível fazer um investimento mais "avultado", sem colocar em causa o Plano de Ajustamento Financeiro e todos os compromissos que a Câmara tem que pagar mensalmente? -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse ao senhor deputado Celso que o município conseguia poupar " (...) á conta do povo de Borba (...) ". -----

----- Referiu ter dito na reunião com o senhor secretário de estado da Administração Local, que não podia continuar a aplicar as taxas máximas no município de Borba, explicando que aquela situação era muito complicada para os munícipes e que, essa situação, não ajudava ao desenvolvimento do concelho. Ao que segundo disse o senhor secretário de estado da Administração Local terá respondido que tinha de ter paciência, que ao fim de um ano, dependendo dos resultados, logo se veria. -----

----- Terminou a sua intervenção dizendo ao senhor deputado João Pedro, que " (...) vão ser feitos pequenos investimentos, ... que todos somados formarão um grande investimento, ... o possível para o município, atendendo á situação herdada (...) ", e realçou, " (...) assim que (...) tivermos a possibilidade de renegociar o PAF, vamos fazê-lo, pois o nosso interesse é aliviar a carga fiscal dos borbenses e desenvolver o nosso concelho (...) ". Tendo por último acrescentado que " (...) até abril de dois mil e quinze estamos para

id



cumprir (...), não tenho prazer nenhum em propor as taxas máximas, mas tenho que cumprir aquilo que foi anteriormente assumido (...). -----

----- **O Chefe de Divisão António Passinhas** respondeu ao senhor deputado João Pedro, que relativamente à possibilidade de revisão do PAF (plano de ajustamento financeiro) que está integrado no PAEL, quando tinha dito " (...) "que aparentemente vai, " foi de acordo com a reunião que tinham tido com o secretário de estado da administração local". Disse que o senhor secretário de estado tinha dito " (...) vai ser regulamentado muito brevemente (...) a regulamentação do Fundo de Apoio Municipal, esse fundo como sabem, vai conter um Plano de Ajustamento Municipal e vai permitir na legislação, passados dois anos, após a implementação do Plano de Ajustamento Municipal (...) que o município que o detêm apresente um pedido de revisão. Esse pedido de revisão será aprovado, ou não, dependendo de uma série de situações o cumprimento do plano, a arrecadação da receita, a diminuição da despesa (...), e atendendo a que este Plano de Apoio Municipal é novo, em relação ao PAEL, mas é apresentado principalmente para os municípios que com o PAEL não conseguiram resolver a sua situação, ou para os municípios que não conseguiram, ou optaram, por não aderir ao PAEL, e não têm a sua situação financeira resolvida. (...) Como o objetivo é resolver a situação financeira definitivamente, as condições que são dadas, aos municípios que estão sobre o "plano", (...) terão que ser as mesmas, aos que estão sobre o PAEL (...) Portanto, tudo indica, por esta conversa: - sim, será possível rever. Mas, sempre tendo como cenário, que só é possível apresentar pedidos de revisão quando o município se encontra abaixo do limite dívida. " -----

----- Relativamente à segunda questão respondeu" (...) é suficiente qualquer um dos senhores deputados recordar-se (...) que o município estando sobre o PAEL, têm a obrigatoriedade de nos primeiros cinco anos fazer pedido prévio para os documentos previsionais. Esse pedido prévio é analisado pela DGAL (direção geral da administração local). (...) O ano passado foi a primeira vez que pedimos um parecer prévio, o (...) orçamento do município de Borba é extremamente restritivo por necessidade (...). " Sendo,



ml

já depois de corrigido, segundo referiu, de oito milhões e seiscentos mil euros. Continuou" (...) O parecer prévio emitido pela direção geral da administração local dizia expressamente à Assembleia Municipal, (...) atenção senhores deputados municipais fiscalizem a execução da Câmara Municipal, porque o orçamento tem despesa além daquela receita que é possível arrecadar, de acordo com o Plano de Ajustamento Financeiro e de acordo com o histórico das últimas execuções do município. Isto quer dizer que corremos o risco, ao querer fazer mais despesa, de não termos parecer favorável da DGAL, e como tal não termos orçamento municipal. (...) "-----

----- Disse " (...) na minha opinião o município tem três acórdãos de pagamento em curso, esses três acórdãos totalizam mais ou menos trinta mil euros por mês, o município tem empréstimos bancários no serviço da dívida que divididos por mês (...) são mais ou menos cem mil euros, tem as despesas com pessoal que totalizam cerca de (...) cento e noventa mil euros por mês. E, à parte disso, tem despesas com fornecedores na ordem dos cento e cinquenta mil euros. (...) " -----

----- Perante este esclarecimento, acrescentou que após feitas todas as contas, "muito pouco sobra" no final de cada mês. -----

----- Disse que tesouraria e reduzir dívida são duas coisas diferentes, e passou a explicar, que se o município gastar exactamente aquilo que recebe, poupa em média, mensalmente, cerca de cento e trinta mil euros. Obtendo essa poupança, segundo disse, da seguinte forma, se o município pagar mensalmente tudo o que recebe amortiza em média, mensalmente, cerca de cem mil euros em empréstimos bancários, e se pagar mensalmente aos fornecedores, abate cerca de trinta mil euros ao histórico, por ser esse o valor dos acordos de pagamento.-----

----- Terminou, a sua intervenção, dizendo que ao conseguir reduzir mensalmente a dívida, não sobra ao município tesouraria para muitos investimentos. -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** disse ao senhor presidente da Câmara que na altura em que fazia parte da Junta de Freguesia da Matriz tinha votado favoravelmente a adesão ao

id



PAEL, sabia as razões de o votar favoravelmente e as regras com que poderia contar. Continuando, disse estar de acordo com o senhor presidente quando tinha dito que estavam a reduzir dívida à custa dos impostos. Acrescentou que o município estava com cerca de cento e vinte e cinco por cento de arrecadação de receita de impostos diretos, face ao orçamento inicial. -----

----- No que respeita à despesa, disse ter verificado que só não tinham aumentado os juros e outros encargos, e salientou que todas as outras despesas tinham aumentado, nomeadamente os custos com o pessoal, e os custos com a aquisição de bens e serviços, explicou referirem-se aquelas afirmações ao quadro número dois do orçamento corrigido. Acrescentou, " (...) passámos de três milhões duzentos e cinquenta e nove mil euros, para três milhões trezentos e noventa e um mil, despesas correntes (...) se diminuiu foi os juros e outros encargos financeiros, (...) com o PAEL passámos a pagar uma taxa de dois por cento, (...) o que significa que se não fosse o PAEL estaríamos a pagar uma taxa de cinco por cento. O valor orçamentado seria, (...) em vez de quatrocentos e treze mil euros em juros, possivelmente (...) novecentos mil. Dos cento e trinta mil euros que poupamos mensalmente setenta mil são só de juros (...) ". -----

----- Disse ter verificado que a aquisição de bens e serviços permite à Câmara, fazer uma gestão de compras selectiva. -----

----- Relativamente ao quadro número quatro, perguntou se os " (...) duzentos e cinquenta mil euros eram do empréstimo a curto prazo, negociado com o Totta, (...) e se funcionavam tipo conta caucionada (...) ". -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** após obter a respectiva autorização, respondeu ao senhor deputado Paulo Ferreira que aquele empréstimo não funcionava como conta caucionada, mas como empréstimo que só pode ser utilizado uma única vez, até àquele limite. Explicou estar o total do empréstimo inscrito na despesa, duzentos e cinquenta mil euros, e que até à data só tinham sido utilizados cento e setenta e cinco mil euros, dos quais já tinham sido amortizados cem mil euros, e acrescentou existirem ainda setenta e



il

cinco mil euros, que não tinham sido utilizados. -----

----- Informou ter sido aquele montante usado para pagar às Águas do Centro Alentejo, e evitar o pagamento de juros por incumprimento, pois a taxa dos juros de curto prazo, segundo disse, é muito inferior à taxa dos juros por incumprimento. -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** referiu ter perguntado em que moldes, tinha sido feito o empréstimo, para poder perceber o texto que acompanhava o quadro número quatro. -----

----- Referiu que ao analisar aqueles quadros, tinha compreendido que " (...) se não têm posto uns travões, isto, realmente, não sei, onde é que iria parar (...). Ao analisarmos a parte dos juros, vemos que iria para valores brutais. Obviamente, que não gasta, e não paga só quem gasta, se assim fosse eu até estaria tranquilo, (...) mas temos de pagar todos o excesso de alguns (...) ". -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse que " (...) a candidatura do PAEL foi feita com base em estimativas, e (...) as estimativas foram muito além daquilo que estimámos, nomeadamente em termos de IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares. (...) " -----

----- Disse, " (...) estamos a falar é de discussão política, e (...) é na discussão política que muitas vezes se resolvem os assuntos, (...) mas é claro, sempre com a ajuda técnica. (...) "-----

----- Disse " (...) pelo que percebi, (...) não houve aqui, nenhuma posição política de peso, ou que tivesse por base também o apoio técnico (...). Penso que poderia ter havido ao longo deste ano, (...) algum acompanhamento pelos técnicos desta casa, junto dos órgãos da tutela, no sentido de lhes demonstrar que havia possibilidade, que havia folgas. ... Admito que o executivo é quem decide, (...) são questões de opção. (...) parafraseando o que o senhor vereador Serra costuma dizer: não podemos transformar receitas em despesas (...) ". -----

----- **O deputado Celso Ramalho** disse, a nível de pagamentos, " (...) estamos, ou não estamos, a pagar do que estava inicialmente previsto (...) " no plano do PAEL. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** explicou não existir folga, pelo facto do PAF



(plano de ajustamento financeiro) ser constituído por uma série de mapas nos quais as receitas e as despesas, entre outras questões, eram previstas rubrica a rubrica. Logo, segundo disse, só haveria folga, se todas as receitas tivessem a execução prevista, e existisse uma rubrica, como por exemplo o IMI, que apresentasse mais receita do que a prevista. -----

----- Disse não ser esse o caso, uma vez que a receita adicional que se está a receber do IMI, não é suficiente para cobrir as receitas que apresentam um valor abaixo do previsto. Reforçou a ideia de que sempre lhe tinha sido transmitido pela tutela de que" (...) mesmo que houvesse, não lhe era permitido rever este plano, ainda! (...) " e acrescentou " (...) Mas que há-de vir a haver, provavelmente. (...) " -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** disse que ao analisar o orçamento corrigido tinha verificado que a rubrica - outras receitas de capital, apresentava um " (...) aumento de cerca de trezentos e setenta mil (...) ", valor que lhe pareceu ser, ao analisar a revisão, a transferência do saldo da gestão anterior. O que lhe suscitava a seguinte questão, qual a razão, porque" (...) na fase das receitas cobradas, aparece um valor tão insignificante, ou seja, não está incluído como se existisse saldo. Tem que se esperar pelo fim do ano, ou (...) " -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** explicou que tinha de esperar pela atual sessão de Assembleia, que " (...) quando a revisão é proposta à Assembleia Municipal ela é criada primeiro no sistema, o orçamento assumiu que ela está a ser criada, só que não está aprovada (...) ", segundo disse, " (...) na próxima execução orçamental ele já não vai estar aqui nas outras (...), este montante (...) vai sair daqui e (...) desmultiplicar-se pelas rubricas certas". -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse que " (...) se houver pressão, tudo se consegue, eu não acredito que com pressão as coisas não se pudessem melhorar (...) ". Realçou " (...) é preciso haver cuidado com políticas populistas, (...) que transformam receitas em despesas ou receitas não cobradas (...) ". -----



Handwritten signature in blue ink.

----- **O deputado António Prates** disse que o senhor deputado Paulo Ferreira tinha tentado fazer acreditar através da menção ao baixo valor dos juros, que o PAEL tinha sido um " (...) mar de rosas (...) ". O que na sua opinião não era verdade, pois o " (...) município podia estar noutra situação financeira (...) " e acrescentou " (...) os prejudicados da aplicação das taxas em aprovação, são os munícipes (...) ". No seguimento, realçou " (...) a culpa deriva da adesão do município de Borba ao PAEL, por parte do partido socialista, (...) o qual levou o concelho para esta situação. Penso que todas as pessoas responsáveis terão que assumir as suas responsabilidades, neste desconforto que vamos aqui (...) votar hoje, que são as taxas máximas". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que " (...) sempre aprende com quem sabe, e (...) que o peso político (...) não será o de outras pessoas (...) ". Salientou o facto de nas reuniões em que esteve presente, com o senhor Secretário de Estado da Direção Geral das Autarquias e com outras entidades, sempre ter defendido os interesses das pessoas de Borba. Disse, lamentar não ter " (...) o peso político que deveria ter, para que os munícipes não fossem obrigados a pagar as taxas máximas (...) ". Realçou, " (...) não descansarei (...) enquanto não conseguir negociar condições boas para Borba. (...) Entendo que devo cumprir o que foi acordado, embora o tenha que conseguir às custas das pessoas de Borba". -----

----- Disse ter votado favoravelmente a adesão ao PAEL, como membro do PS, e por na altura ter entendido ser essa adesão o mais aconselhável para o município. Salientou ser esse facto, uma evidência, e que " (...) o preocupante é a forma como chegámos ao PAEL (...) ". -----

----- Reforçou a ideia de que continuaria a defender os compromissos assumidos ao chegar ao município. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse que muitas vezes os municípios são aqueles que menos decidem. Realçou o facto, da legislação ser uma das condicionantes de muitas das situações existentes nos municípios, e de na adesão ao PAEL, pelo município de Borba,



terem estado decisões da tutela. -----

----- **O deputado João Pedro** disse que na sua opinião a adesão ao PAEL era o resultado de " (...) duas situações: primeiro, com as opções políticas locais, tomadas durante estes doze anos, e a segunda, tem a ver com as políticas centrais de direita (...) que têm atacado o poder local, fosse com o PS, fosse agora com o PSD, e que impôs este " *garrote*", áquilo que é a gestão política do município. (...) ". Concluiu " (...) isto resulta tudo, de opções políticas, quer a nível local, quer a nível nacional. "-----

----- Disse que aquelas questões tinham sido " (...) várias vezes levantadas em reuniões de Câmara e em Assembleias Municipais, por parte da CDU. (...) ". Reiterou " (...) a CDU chamou várias vezes a atenção para a situação (...) que o município estava a caminhar em termos financeiros". -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** disse ao senhor deputado António Júlio que o que tinha pretendido dizer era que mais valia pagar os juros à taxa de dois por cento, como estavam a ser atualmente pagos, do que à taxa de cinco por cento, como estavam a ser pagos antes da adesão ao PAEL.-----

----- Referiu concordar com o senhor deputado João Pedro quando disse que a culpa é de quem fez a dívida, e reiterou não ser o PSD responsável pelas políticas financeiras que o PS tinha colocado em prática.-----

----- Continuando, acrescentou que na sua bancada não havia elementos que tivessem pertencido anteriormente, há três ou quatro atrás, ao PS, que esses elementos estavam na bancada do PS e do MuB. Afirmou, " (...) não somos nós os responsáveis pelas políticas financeiras, por as quais a Câmara optou (...) ".-----

----- **O vereador Joaquim Serra** desejou boa noite a todos os presentes, e disse que na sua opinião discutir a situação financeira do município com base no PAEL era demasiado redutor.-----

----- Acrescentou " (...) é um compromisso que (...) está assumido e nós sabemos o encargo que temos com ele. (...) o PAEL resultou (...) de opções políticas que foram



id

tomadas aqui neste município (...). Na altura em que o PAEL é assinado (...), já não foi uma opção do município, já foi uma obrigação do município. O desequilíbrio estrutural era de tal forma, a dívida era de tal forma (...), que (...), o município já não tinha capacidade só por si, de ir à banca de se financiar para poder pagar a dívida que tinha, mas quem criou também estas dificuldades (...) foi o poder central". -----

----- Disse, " (...) tem-se vivido um atentado ao poder local, muito forte. O poder local está a ser constantemente violado pelo poder central. (...) Porque é importante que o poder local não tenha força, não tenha dinamismo e isso está-se a reflectir (...) ". -----

----- Adiantou que para além do PAEL, vieram outras dificuldades, como por exemplo a lei dos compromissos, os pagamentos em atraso. Referiu que possivelmente até estamos a pagar, ou a reduzir a dívida, acima dos valores impostos pela tutela. O que se deve a uma série de legislação interligada ao PAEL, que não permite, ao município, aumentar a dívida, nem os compromissos assumidos e não pagos. A qual estabelece que só os fundos disponíveis mensalmente podem ser utilizados. -----

----- Informou andarem os resumos diários de tesouraria na ordem dos duzentos mil euros, o que tornava a situação muito difícil. Reiterou, poder existir folga a nível financeiro, mas não existir folga em termos de tesouraria. -----

----- Disse esta situação do município começou " (...) por opções políticas, por falta de financiamento de algumas dessas opções, pela retirada de competências, (...) de autonomia ao município, mas que levou depois, a que o poder central fizesse uma intervenção junto dos municípios no sentido de os restringir ainda mais. (...) aqueles que estavam a jeito, foram os que levaram a "porrada" maior, como foi o caso de Borba (...) ". ----

----- Acrescentou " (...) outro problema vai ser a lei do equilíbrio, em que as amortizações dos empréstimos vão para a despesa corrente. E depois querem que o município com a receita corrente consiga pagar a despesa corrente, o que é impossível. No final do ano, o município quase de certeza que não vai conseguir cumprir a lei do equilíbrio, (...) depois lá vêm mais penalizações (...) ". -----

il



-----Adiantou que se teria de aguardar para ver como iriam aplicar essas penalizações, pois era impraticável aplicar e cumprir a legislação que ia saindo, " (...) a maior parte avulso (...)

----- **O deputado Joaquim Trincadeiras** disse ter sido nos últimos meses abordado por várias vezes, em Assembleias Municipais, a eventualidade das escolas básicas da Nora e da Orada encerrarem. Tendo no seguimento dito que, " (...) a vinte e oito de abril, o senhor presidente (...) falou nos seguintes moldes: " Vamos convidar a doutora regional a visitar os estabelecimentos escolares de Orada e Nora. (...) A vinte de junho (...) nas atividades da Câmara não havia qualquer visita da senhora diretora regional (...)." Acrescentou que naquele mesmo dia, vinte de junho, em Assembleia, o senhor presidente da Câmara tinha dito sobre aquele assunto " (...) que não pretendia obter qualquer dividendo político, (...) se não for este ano, será no não seguinte, (...) a minha preocupação maior são as crianças ", e continuou, após uma pergunta minha disse, " (...) ninguém sabe (...), se as escolas iam ou não fechar (...) estávamos numa sexta-feira". -----

----- No seguimento disse, " (...) no dia vinte e três de junho, numa segunda-feira, o Ministério de Educação lançou um comunicado que começava por estes moldes: depois de comunicadas às direções escolares e respetivas autarquias, o Ministério da Educação e Ciência divulga a lista das trezentas e onze escolas do primeiro ciclo cujos alunos passarão a estar integrados em centros escolares e outros estabelecimentos de ensino (...) ". Referiu fazer-lhe confusão que no dia vinte de junho, a Câmara Municipal não soubesse de nada e no dia vinte e três de junho o governo publicasse aquela nota, na qual constava irem fechar duas escolas do concelho de Borba, a escola de Orada e Nora. -----

----- Afirmou ter tido a criação do Centro Escolar como "premissas" a recepção de alunos da sede de concelho, e não das freguesias rurais. -----

----- Disse ter verificado que no documento das atividades realizadas pelo senhor presidente da Câmara, distribuído a todos os deputados, não constava qualquer reunião com a diretora regional, questionando se teria havido alguma reunião no período de sete de



id

junho de dois mil e catorze a doze de Setembro de dois mil e catorze. Acrescentando (...) "se não houve deveria ter havido (...)", porque temos aqui ao lado no concelho de Estremoz, uma situação mais ou menos parecida e no qual as escolas de São Domingos e da Glória permanecem abertas. Realçou que " (...) existe forma de contornar as coisas, havendo vontade para as contornar (...) ". -----

----- Relativamente às atividades desenvolvidas pelo vereador Joaquim Espanhol, chamou atenção para a repetição de três atividades no relatório. -----

----- Disse " (...) Para o vereador, ou para o meio vereador, Joaquim Serra, que está com a parte da educação, gostava que me fizesse o balanço do início do ano escolar (...) no concelho de Borba (...) ". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que no dia oito de maio, tinha havido uma reunião em Évora, da qual ficaram a saber através do professor Agnelo que existiam duas escolas que poderiam encerrar; Escola da Orada e a Escola da Nora. Informou que a partir dessa data foram mantidos contactos com a Direção Regional da Educação, no sentido de sensibilizar os senhores para o não encerramento das escolas em questão, apresentando as condições que entendemos serem benéficas para as crianças. Foi feito um abaixo-assinado pela comissão de utentes de Borba, no sentido de impedir aquele encerramento. Adiantou que tiveram uma reunião com o Dr. Herlander Mira, onde foi exposto todas as preocupações, e apresentados todos os argumentos possíveis e imaginários, para o não encerramento daqueles estabelecimentos escolares. Pedimos um ano de exceção para o encerramento das escolas das Orada e da Nora. Foi apresentado por escrito, o pedido e até há data não obtivemos resposta alguma. A única "resposta", que tivemos foi um fax recebido do Secretário de Estado da Educação, no dia vinte e três de junho de dois mil e catorze a informar do encerramento das escolas de Orada e Nora. -----

----- Informou que após ter recebido aquele documento, falou com o senhor Herlander Mira, visto a senhora diretora, por motivos pessoais não ter disponibilidade para o atender, e a resposta que obtive, foi que " (...) não tinham enviado resposta da partes deles (...),

porque o Ministério da Educação também não lhes tinha respondido (...) ". Acrescentou que numa reunião que teve na CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, ficou a saber que o " tratamento " feito para os municípios onde encerraram as trezentas e onze escolas foi igual para todos. O ministério da educação não teve uma palavra nem ouviu o que os municípios tinham para dizer, argumentar, acerca daquele assunto, o que, segundo disse, na sua opinião " (...) revela uma falta de educação brutal por parte do Ministério da Educação (...) ".

----- Relativamente ao novo Centro Escolar, referiu que tinham sido feitas alguns "arranjos" para melhorar a segurança das crianças. -----

----- Realçou que a sua maior preocupação, era o bem-estar das crianças. -----

----- Terminou a sua intervenção afirmando " (...) fosse quem fosse que cá estivesse a escola da Nora fechava e a escola da Orada fechava (...) ". Referiu que após a explicação que lhe tinha sido dada " (...) era impensável o resto (...) ".

----- Disse que relativamente ao arranque no ano letivo, foi o mesmo preparado com todo o cuidado, com diálogo permanente entre o município e o agrupamento. "Dou a palavra ao vereador Joaquim Serra, que " (...) não é meio vereador, (...) é vereador, e de qualidade". -----

----- **O vereador Joaquim Serra** disse que tinha gostado da intervenção do deputado Joaquim Trincheira quando tinha dito (...) " meio vereador", mas também para pelouros sem importância meio vereador chega (...) ". Salientou ter lido aquela expressão num comunicado que tinha saído em Borba, e dizia entre outras coisas " (...) o meio vereador tinha pelouros sem importância (...), como tenho a educação, também o consideram sem importância. O termo certo não é meio vereador, é vereador em regime de meio tempo (...)

----- Informou que relativamente ao encerramento das escolas " (...) foi feito o que era possível. Envolveram-se as populações, envolveu-se a direção regional, (...), mas já estava decido anteriormente e era o encerramento. Ao contrário do que dizia o despacho do ministério da educação, não houve concertação com as autarquias, (...), porque aí a



nil

Câmara Municipal de Borba e a Assembleia Municipal de Borba, também se pronunciaram contra o encerramento (...) ". Informou terem feito na última reunião de Câmara, um repúdio, subscrito por todos os eleitos da Câmara à Direção Regional de Educação, no sentido de não terem dado resposta às últimas solicitações feitas pelo Município. -----

----- Disse que o elemento que tinha tido mais peso para a Direção da Educação, foi a construção do Centro Escolar, onde existiam salas livres, que podiam alojar essas crianças que vinham das freguesias rurais. Não conseguimos um ano de exceção porque ele já vinha sendo excecionado há dois nos atrás. -----

----- Salientou a sua preocupação relativamente aos alunos da freguesia de Rio de Moinhos, uma vez que o número de alunos, já está mais reduzido e ainda existe espaço no Centro Escolar. Acrescentou que o Centro Escolar tem capacidade para setecentos alunos.

----- Disse que " (...) mais uma vez, isto se reflete (...) das opções políticas tidas anteriormente. Quando se pensou fazer o Centro Escolar, já se sabia que correriam estes riscos, (...) quem o votou favoravelmente sabia que isto ia acontecer (...) ". -----

----- Quanto ao arranque do ano escolar, informou que se tinha iniciado dentro da normalidade, tendo em conta duas coisas, que era necessário perceber. A transferência de crianças para um novo espaço, que coincidiu com as crianças vindas das escolas da Orada e da Nora e de Borba, para um espaço novo, completamente diferente, associado com o problema de trânsito que se irão avolumar com a chuva. -----

----- Realçou o acompanhamento efetuado pela escola e pela Câmara, no sentido de ultrapassar as dificuldades que possam surgir, quer em termos de transporte, quer em termos de alimentação. Salientou a estreita colaboração com o agrupamento de escolas no sentido de minimizar os problemas que vão surgindo. -----

----- Referiu que tinham sido feitas algumas " (...) intervenções na obra que tinha sido feita, e que tinha sido entregue (...) ". -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** desejou boa noite a todos os presentes e disse ao



senhor deputado Joaquim Trincadeiras, que as atividades que estavam em duplicado, tinha sido porque, efectivamente, aquele trabalho tinha sido feito mais que uma vez. -----

----- **O deputado Joaquim Trincadeiras** agradeceu os esclarecimentos e de seguida disse que seria conveniente que o município aciona-se, os meios necessários para corrigir a situação do despacho do ministério da educação, uma vez que a autarquia não tinha sido ouvida, nem tinham comunicado com ela, o contrário do que dizia o respetivo despacho. ----

----- Relativamente á questão das atividades da Câmara desempenhadas pelo executivo da Câmara, no que respeita às reuniões (...) com a DGEST - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, foi porque não constava nos últimos relatórios de atividades do município nenhuma reunião/tentativa reunião com aquele organismo. -----

----- Quanto à questão do "meio vereador", disse ao senhor vereador Joaquim Serra, " (...) eu estou eleito aqui na bancada do PS, sou independente e não sou simpatizante (...) se há um comunicado da concelhia, (...) não me revejo nele. A educação para mim é um pelouro bastante importante (...) ". "Referi meio vereador porque no último parágrafo do vosso comunicado dizem " (...) o desempenho das funções a meio tempo, por decisão do vereador da CDU (...) ". -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse que tinha aprendido com o senhor vereador Joaquim Serra duas coisas interessantes, uma coisa era um comunicado feito pelo partido socialista e outra coisa são, as intervenções feitas pelas pessoas eleitas pelo partido socialista na Assembleia Municipal. Acrescentou que na sua opinião os comunicados não eram para ali chamados, e tinha aprendido aquilo com o senhor vereador Joaquim Serra. -----

----- Relativamente ao encerramento das escolas de Orada e da Nora, disse " (...) quando se diz que a escola encerraria sempre (...) é no mínimo abusivo, fazer – se uma acusação destas (...) Todos, nós sabemos (...) que as escolas estiveram para encerrar quatro anos antes, deste (...). Salientou que o que sempre tinha havido era uma posição junto dos pais, da direcção da escola e da direcção regional de educação, que " (...) o mais importante (...)

é encontrarem-se argumentos válidos, para que os estabelecimentos de ensino não encerrassem, e foi isso que se fez (...) ". -----

----- Disse ao senhor presidente da Câmara que já chegava de conversas sobre as obras que se tinham feito no Centro Escolar. " (...) o senhor está cá para fazer o que tem que fazer (...) a sua veia arquitetónica (...) permite-lhe mandar bocas (...), está mal feito isto aqui, está mal feito isto ali, (...) quando fizer (...) certo tipo de afirmações, faça-se munir de técnicos, (...) para os técnicos falarem como técnicos (...), o senhor aqui não é técnico, o senhor aqui desempenha funções políticas (...) ". -----

----- Dirigindo-se ao senhor vereador, chamou a atenção para o orçamento apresentado, por um técnico, sobre a estrada de acesso à herdade do Monte Branco, o qual não especificava a dimensão da intervenção. Continuou, expressando a sua preocupação pela ausência da folha de obra, a qual em termos de contabilidade, segundo disse, é fundamental. -----

----- Perguntou se não havia folhas de obras na Câmara? Ou se aquela situação tinha sido uma situação pontual? Se passaram a fazer-se compras sem requisição? Se deixaram de pedir preços a três fornecedores como era hábito? Se deixou de ser o aprovisionamento a pedir preços? -----

----- **O vereador Joaquim Serra** disse ao senhor deputado Ângelo de Sá ter acompanhado o processo de encerramento das escolas há quatro anos atrás e que " (...) os argumentos, que utilizámos nesta fase, foram os mesmos, (...) o processo foi semelhante. A única diferença, que havia, e que a Direção Regional de Educação nos disse, pois é mas há quatro anos não havia Centro Escolar, há dois anos não havia Centro Escolar, e agora há Centro Escolar, e nós, aí, percebemos tudo (...) que qualquer que fosse o argumento que encontrássemos ia chocar nessa questão". -----

----- Relativamente há questão do comunicado, disse (...) " como fui visado da mesma forma que estava no comunicado, e pelo menos serviu para clarificar algumas coisas (...), o Trincheiras na bancada do PS, não se revê naquele comunicado, e também considera, tal

id



como eu, que a educação é importante ". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse ao deputado Ângelo de Sá " (...), não tenho nenhuma formação, (...) por isso, é sou presidente de Câmara (...) ". -----

----- Relativamente ao pedido de preços/orçamentos, disse que continuavam a ser pedidos a três fornecedores e as requisições continuavam a ser feitas para todo o material. -----

----- Em relação à folha de obra passou a palavra ao senhor vereador Joaquim Espanhol. ---

----- **O vereador Joaquim Espanhol** relativamente à estrada de acesso á herdade do Monte Branco, disse ao deputado Ângelo de Sá " (...) fizemos um orçamento na ordem dos mil e duzentos euros (...), foi feito um "apanhado" daquela obra pelos técnicos, onde gastamos cerca de seiscentos euros, três camiões de tout-venant, um dia de trabalho de duas pessoas e uma máquina, (...) penso que não estamos a prejudicar a Câmara com este tipo de trabalho". -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse " Senhor Presidente (...) tenho direito de resposta ". ---

----- **O presidente da Assembleia Municipal** interrompendo (...) pediu que houvesse civismo. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** continuando " (...) o que o senhor vereador acabou de dizer, eu tenho aqui na mão (...), o orçamento. Na minha opinião um técnico que apresenta um orçamento devia dizer qual era a dimensão da intervenção, e não disse, e não há folha de obra! (...) algo aqui está errado". -----

----- Seguidamente voltou a colocar as questões anteriormente expostas: " (...) primeiro deixou de haver folhas de obra? (...) Passaram a poder fazer-se compras sem requisição? (...) Deixaram de se pedir preços a três fornecedores? (...) Deixou de ser o aprovisionamento a pedir preços? (...) ". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse ao senhor deputado Ângelo de Sá que no seu entender as respostas às perguntas feitas eram tudo não. Acrescentou que eram sempre consultadas três empresas para a requisição de serviços. -----



-----PONTO TRÊS PONTO DOIS: Proposta de Lançamento de Derrama para o ano de 2015. ----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que a Câmara propôs a taxa máxima tanto para este ponto como para os dois seguintes, isto porque tinham que respeitar o PAEL. Salientou, " (...) estou disposto a trabalhar para o concelho (...) como todos vocês (...) ". -----

----- **O deputado João Pedro** sugeriu que a votação dos três pontos (este e os dois seguintes) fosse feita em conjunto. Seguidamente disse que " (...) a bancada da CDU ia votar contra, como têm feito todos os anos, desde que existe PAEL, por ser uma medida que resulta do PAEL (...) ". Questionou " (...) qual ia ser o sentido de voto da bancada do PS na Assembleia Municipal, uma vez que na Câmara Municipal o vereador eleito pelo PS votou a favor ". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que a discussão poderia ser em conjunto, mas a votação teria de ser em separado. -----
Perguntou se todos estavam de acordo com aquela orientação. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse " (...) por uma questão de respeito pelas pessoas que fazem as atas, devíamos (...) discutir e votar separadamente cada ponto. Os argumentos para o IMI podem não ser os mesmos para a derrama e para o outro ponto a seguir (...) ". ---

----- Continuando, disse (...) estranho muito que bancada da CDU venha com um argumento destes, quando sabe perfeitamente (...) que em termos legais os pontos têm de ser votados separadamente (...) ". -----

----- **O deputado João Pedro** retirou a proposta. -----

----- **O deputado Celso Ramalho** disse ao senhor deputado João Pedro que a bancada do PS se iria abster naquele ponto, e nos dois seguintes, porque não tinha sido fornecida como solicitado pelo vereador do PS, com acento na Câmara Municipal, fundamentação sobre a tentativa de negociação das taxas. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, **com onze votos a favor, dois votos contra e cinco abstenções**. No momento da votação estava ausente da sala um deputado do MuB. -----



-----PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Proposta de Fixação de Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2015. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal não havendo inscrições, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com **doze votos a favor, dois votos contra e cinco abstenções**. -----

-----PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta de Fixação de Participação Variável do IRS para o ano de 2015. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal não havendo inscrições, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com **doze votos a favor, dois votos contra e cinco abstenções**. -----

-----PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de 1ª Revisão Orçamental (1ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 1ª Revisão ao Orçamento da Receita; 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal e 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento). -----

----- O presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor presidente da Câmara. -----

----- O presidente da Câmara Municipal informou que aquela Revisão Orçamental era para fazer face aos seguintes pressupostos: -----

- O pagamento de subsídios de reintegração que não estavam previstos no orçamento inicial; -----

- A necessidade de fazer um reforço a nível da rubrica do abastecimento de água, tendo em conta os custos que ocorreram, na sequência da existência de muitas roturas de água, o que contribuiu para um aumento substancial do consumo de água. -----

- Outros, trabalhos especializados, que tinham a ver com o apoio informático realizado ao município através da CIMAC. -----



ml

- No que concerne às Infra estruturas estava relacionado com a distribuição de energia eléctrica à estrada de acesso ao novo edifício da Adega Cooperativa de Borba. -----

----- **O deputado João Pedro** disse que, se lhe era permitido, os outros trabalhos especializados estavam relacionados com atividades de enriquecimento curricular e não com apoio informático como tinha sido dito. -----

----- Seguidamente, relativamente às Águas do Centro Alentejo, colocou a seguinte questão: qual os custos da água no primeiro semestre do ano, e que se o orçamento inicial estava de acordo com o que foi gasto em dois mil e treze, a que se devia aquele aumento? ---

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse que " (...) a faturação média mensal de dois mil e treze para dois mil e catorze, facturação total (...), ou seja a componente de abastecimento de água, saneamento e juros de mora, teve um incremento de dezassete por cento em termos mensais. Mas estes dezassete por cento têm um impacto muito maior a nível do abastecimento. ... No ano de dois mil e treze o município tinha uma faturação em média, mensal, na ordem dos sessenta e três mil euros. Atualmente anda na ordem dos setenta e quatro mil euros, há um incremento de onze mil euros na facturação total". -----

----- Referiu que " (...) no abastecimento especificamente a média mensal era de (...) quarenta mil e quinhentos euros, mais ou menos, e neste momento estava em cinquenta e quatro mil e oitocentos euros (...) ". Explicou não estar o incremento, antes referido, a ser acompanhado pela respetiva receita. O que, segundo disse podia significar que existem mais fugas de água, pois nos últimos tempos têm estado a ser detetadas e a tentar corrigi-las. -----

----- Outra situação, que explicou podia ter acontecido, era o facto de se ter minimizado o custo do abastecimento de água em relação à realidade, pois segundo disse, por vezes ao se fazer um orçamento, como a despesa não pode ser superior à receita, existe a tendência de minimizar a previsão da despesa, com base no pressuposto de que se vai conseguir diminuir determinado custo. Situação que nem sempre se verifica.-----

----- **O deputado Ângelo de Sá** chamou a atenção para o controle que deveria ser feito aos



contadores de água junto de fontanários, bocas de rega, entre outros locais. Salientando que possivelmente" (...) seria interessante acompanhar essa contagem (...) ". -----

----- Relativamente às ruturas de água, perguntou o que se tinha feito, desde há um para cá, no sentido de detetar possíveis fugas de água.-----

----- No seguimento informou que, há cerca de dois anos atrás, tinha estado em Borba uma delegação da EPAL – Grupo Águas de Portugal, e " (...) os técnicos desta Câmara têm conhecimento disso (...) e ficaram de fazer uma intervenção para detetar as áreas críticas da cidade e das aldeias onde havia mais fugas (...) ". Acrescentou " (...) há mecanismos para ver e detetar esse tipo de situações, que podem minorar as perdas e consequentemente reduzir os custos para o município". -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** perguntou a que se reportava o valor de cem mil e treze euros com quarenta e sete cêntimos (receitas de capital), porque no quadro financeiro não o via espelhado em lado nenhum. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse " (...) vamos (...) arredondar tudo para milhares ... o valor que estamos a tentar incorporar é de trezentos e setenta mil euros. (...) Primeiro quadro, a rubrica dezasseis, número um, o saldo que transita de uma gerência para a outra é de trezentos e setenta mil euros. Desses trezentos e setenta há cem que entram nas outras receitas. (...) o objetivo é minimizar o saldo, que passa de trezentos e setenta para duzentos e setenta. Ou seja, o município só vai agravar o orçamento em mais duzentos e setenta mil euros (...) ". -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** interrompendo " (...) porque é que no orçamento corrigido soma os trezentos e setenta? " -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** continuando " (...) porque neste momento a revisão ainda não está aprovada. Quando (...) ficar aprovada, vai ficar correto. (...) enquanto não ficar aprovada, (...) assume o saldo todo a transitar, depois de aprovada, (...) assume apenas o que transita e diminui o que não foi inscrito em nova despesa (...) ". -----

in-1

----- **O deputado Paulo Ferreira** interrompendo “ (...) onde registamos os cem mil que corrigimos?” -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** continuando (...) “ os cem mil que corrigimos vamos inscrevê-los em outras receitas de capital. Não apresentando despesa para ele (...) ”-

----- **O presidente da Assembleia Municipal** interrompendo, disse “ (...) eu vou permitir esta troca de impressões, e este diálogo, para ficarmos todos esclarecidos acerca disto (...) ” -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** continuando, explicou que “ (...) no segundo quadro, ponto dois (...) o orçamento vai agarrar o anterior, inscreve trezentos e setenta mil em receita e duzentos e setenta em despesa, fica com mais cem mil de saldo. Esses cem mil é receita que entra, e não tem despesa nenhuma associada, (...) não se está a utilizar, está incorporada ao orçamento, mas sem agravar o orçamento”. -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** disse “ (...) a minha pergunta era apenas, porque como há pouco tínhamos falado nisto (...) (inaudível) e eles aparecem-me por inteiro no orçamento corrigido, dotamos o orçamento a corrigi-lo com o valor total (trezentos e setenta mil euros) porque é que esses cem mil (...), (inaudível)?”. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** interrompeu “ (...) porque (...) quando a revisão for aprovada deixa de aparecer assim (...) ” -----

----- **O deputado Rui Franco** perguntou se “ (...) o aumento dos custos para todos os munícipes, em relação á água em baixa e em alta, tratamento de águas residuais, se devia essencialmente ao aumento de consumo ou de tarifa? Se essa tarifa se mantém constante, se não tem sido mexida?”. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** agradeceu a informação prestada pelo senhor deputado Ângelo de Sá, relativamente à questão da água, e disse que aquela situação seria analisada em pormenor. Adiantou que estavam à espera da proposta final da EPAL, relativamente á questão das ruturas de água. -----

----- Informou que tinha pedido aos serviços técnicos um levantamento dos custos por rua,



e tinham chegado a montantes na ordem dos oitocentos mil euros. -----

----- Explicou estarem a tentar resolver algumas situações pontuais de forma a atenuarem um pouco a situação, mas enquanto a rede em baixa continuar sem ter uma intervenção, dificilmente vamos conseguir resolver o problema. -----

----- Disse ao deputado Rui Franco, que estava em estudo o aumento da tarifa da água, porque era incomportável o valor que o município estava a pagar. -----

----- **O deputado Rui Franco** perguntou" (...) no que concerne aos subsídios de integração, foram dados todos os passos legais no sentido de verificar se há conformidade, relativamente aos pressupostos que a lei obriga. Uma dúvida que eu tenho, é se os requerentes nos anos em que (...) requerem o subsídio, tiveram ou não, mais-valias ou receitas doutras entidades, que não do município de Borba. Seria importante confirmar! (...) ". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que tinham sido pedidos pareceres às entidades competentes, os quais informaram que os requerentes tinham direito ao subsídio requerido, sendo o mesmo segundo a lei legítimo e correto. -----

----- **O deputado Rui Franco** disse, " (...) seria de pedir ao tribunal constitucional, ou às finanças, se naquele período (...) os requerentes estiveram em exclusividade (...) ". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que a informação jurídica que lhe tinha sido dada era que a situação era correta. -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** questionou até que ponto a exclusividade ali, contava para a lei. Explicou que no seu entender bastava os requerentes informarem o tribunal constitucional da sua situação. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que tinha sido tudo salvaguardado. -----

----- **O deputado Rui Franco** disse que " (...) propunha que esta questão ficasse condicionada, após consulta das entidades competentes que nos confirmem se a exclusividade existiu (...) ". -----

----- **O deputado João Pedro** disse ter sido a situação da água, tecnicamente muito bem



Handwritten signature in blue ink.

explicada e disse que " (...) mais uma vez tinha resultado de opções políticas, o dinheiro que foi gasto com a EDC- Empresa Gestora das Áreas de Deposição Comum dos Mármore, S.A. e nas estradas de acesso ADC (área de deposição comum), daria perfeitamente para resolver muitos destes problemas com a rede de águas (...) ". Salientando, seguidamente, que o município tinha consciência que com a privatização da água em alta, mais tarde ou mais cedo aquilo iria acontecer. -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** relativamente à atribuição dos subsídios de reintegração, disse ser importante quando se fazia determinado tipo de perguntas, dizer-se concretamente o que se queria perguntar " (...) estou a aqui como deputado, acho pouco lógico haver aqui perguntas à roda que possam de alguma forma afetar a minha idoneidade". -----

----- Disse ao senhor presidente que deveria exigir concretamente o que é que se queria saber relativamente á atribuição daquele subsídio. -----

----- Terminou a sua intervenção realçando que aquela conversa não tinha lógica. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse que no caso das estradas da ADC, a Câmara de Borba tinha sido a única que tinha cumprido a legislação. Realçou que quem tinha que ser penalizado eram as outras Câmaras da zona dos mármore que não tinham cumprido. -----

----- Relativamente há questão da água, disse que tanto o município de Estremoz, como o de Vila Viçosa, não cumprem a legislação em vigor. Não cumprem nos parâmetros da água, nem nas ETAR`S – Estações de tratamento de águas residuais, e não são penalizadas. -----

----- Disse ser a empresa Águas do Centro Alentejo auditada quase semanalmente. -----

----- **O deputado António Prates** disse ter a questão levantada pelo senhor deputado Rui Franco, relativamente ao subsídio de reintegração, tinha toda a razão de ser, exemplificado de seguida com a lei nº 29/87 de 30 de Junho – Estatuto dos Eleitos Locais.

Artigo 19.º -----
Subsídio de reintegração -----

1 - Aos eleitos locais em regime de permanência e exclusividade é atribuído, no termo do



mandato, um subsídio de reintegração, caso não beneficiem do regime constante no artigo 18.º " e que o artigo - décimo oitavo, tinha vários pontos e várias alíneas. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal interrompendo, apelou ao" (...) paradoxo da tolerância (...) ".-----

----- **O deputado Rui Franco** disse " (...) o senhor eleito Sá fez aqui uma provocação a qual não merece resposta, (...) é completamente infundada (...) a confusão que existe entre poder político e o poder técnico tem sido grande aqui no concelho de Borba. (...) uma das grandes mais-valias que (...) tenho visto no último ano, com a gestão do MuB, é de facto haver um equilíbrio entre poder político e técnico, (...) e isso não aconteceu se calhar em doze anos atrás, e em Estremoz passasse o mesmo há decisões políticas e há decisões técnicas. (...) se Estremoz, está nas Águas do Centro Alentejo, ou na AMADB ou nas Águas Públicas do Alentejo, isso são decisões políticas e não técnicas, não me cabe a mim justificar (...) ". -----

Relativamente ao subsídio de reintegração, realçou que na sua opinião faltava justificar um pressuposto, se existiu ou não exclusividade. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado com dezoito votos a favor. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** informou o senhor Presidente da Assembleia Municipal de que não votava aquele ponto, por se considerar impedido. -----

O MuB, leu e apresentou uma declaração de voto (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº7)** -----

" No âmbito desta Proposta de 1ª Revisão Orçamental para dois mil e catorze, aprovada por unanimidade na Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Borba, no dia seis de agosto de dois mil e catorze, assoma-se-nos, mais concretamente na 1ª Revisão ao orçamento da Despesa, o imérito montante de trinta e quatro mil euros, de forma a fazer face aos custos referentes ao Subsídio de Reintegração solicitado por dois eleitos cessantes, Ângelo João



Wf

Guarda Verdades de Sá e Artur João Rebola Pombeiro, que desempenharam funções em regime de permanência e exclusividade nesta autarquia, conforme nos revela a alínea solitária do segundo ponto dessa mesma Revisão ao Orçamento da Despesa, ao abrigo do estatuto dos Eleitos Locais e da Lei nº 29/87, de 30 de junho, entretanto revogada pelo nº 3 do artigo 6º. Da Lei nº 52-1/2005, de 10 de outubro. -----

----- Tal facto coloca-nos perante a injustiça social desta lei e diante da ética congénita a todos os homens de bem, colocando-nos ainda, para plenificar esta rebatida encruzilhada de valores umbrosos e morais, defronte do tão praticado oportunismo político e ante as fendas imperfeitas da nossa Justiça. -----

Os eleitos do MuB – Movimento Unidos por Borba, devido às responsabilidades políticas dos dois eleitos cessantes e devido à conjuntura económica do nosso concelho, consideram a solicitação deste subsídio uma pretensão imoral e sentir-se-iam desleais para com as suas nobres funções, nesta Assembleia Municipal, se não manifestassem a sua natural indignação por este enorme atropelo a todos os borbenses, que tanto custará a quantia de trinta e quatro mil euros ao Orçamento deste Município quanto marchará para todo o sempre a imagem, a seriedade e a ética de Borba. -----

Os eleitos pelo MuB – Movimento Unidos por Borba". -----

-----PONTO TRÊS PONTO SEIS: Pedido de autorização à Assembleia Municipal para Assunção de Compromissos Plurianuais – Aquisição de Serviços relativos a atividades de Enriquecimento Curricular. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que aquele pedido tinha que ver com a questão das AEC'S – Atividades Extra Curriculares, feitas para o ano letivo (dois mil e catorze / dois mil e quinze) e como era uma despesa plurianual tinha de se pedir autorização à Assembleia Municipal. Informou que o valor para o ano de dois mil e catorze é de treze mil euros e para o ano de dois mil e quinze é de vinte e um mil euros. -----

il



----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

-----PONTO TRÊS PONTO SETE: Pedido de autorização à Assembleia Municipal para Assunção de Compromissos Plurianuais – " Aquisição de Serviço de Implementação de Escovagem Dentária em escolas do 1º Ciclo – " Anos letivos 2014/2015 e 2015/2016. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** cedeu a palavra ao senhor presidente da Câmara. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou que " (...) entendemos que este serviço é importante para as crianças. Este projeto permite que todos os alunos do 1º ciclo, com a permissão dos pais, possam ter um acompanhamento e ensinamento na escovagem dos dentes (...) ". Esclareceu que a associação responsável por este serviço assume um ano gratuito pelo desempenho deste serviço e o município paga o outro ano. O valor por criança é de cerca de dez euros. A data prevista para o início deste serviço será a partir de quinze de outubro. -----

----- **O deputado Celso Ramalho** informou existir uma entidade em Borba, a UCC -unidade de cuidados continuados, que tem um programa específico que é a Saúde Escolar, sendo por esse facto na sua opinião " (...) favorável, estabelecer-se contato com esta unidade, no sentido de não duplicarem a informação, ou até de rentabilizarem a prestação deste serviço (...) ". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** agradeceu a informação prestada pelo senhor deputado Celso Ramalho, a qual desconhecia. Acrescentou que iriam equilibrar as ações de formação e acompanhamento das crianças, com esta unidade (UCC). -----

----- **O deputado Celso Ramalho** explicou ter essa unidade um Programa da Saúde composto entre outros por um programa específico de Saúde Escolar, no qual estava certamente inserida a temática dos dentes. -----



W

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** " (...) de acordo com o n.º 2 do artigo 36.º do Regimento da Assembleia Municipal, perguntou ao plenário se concordava em continuar com aquela sessão ou se passaria para outro dia? -----

----- A resposta foi unânime em continuarem e terminarem aquela sessão. -----

-----PONTO TRÊS PONTO OITO: Minutas de Acordo de Execução com as Juntas de Freguesias e submissão à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização e respetiva celebração. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que com aqueles documentos as Juntas de Freguesia ficavam " (...) mais capazes de exercer as funções que lhes são dadas (...) ". -----

----- Continuou " (...) esse documento é um documento em aberto, (...) não é um documento acabado, tudo o que puder ser mudado para melhorar as freguesias (...) poderá ser corrigido (...) ". -----

----- Salientou o respeito pelos presidentes de Junta e referiu a relação direta e clara que era mantida com os mesmos, e a frontalidade que deveria existir. -----

----- Realçou que a fase que atravessamos é uma fase de contenção, " (...) não uma altura de vacas gordas (...) ". -----

----- Seguidamente cedeu a palavra ao vereador Joaquim Serra. -----

----- **O vereador Joaquim Serra** disse terem de acordo com a lei, distinguido os Acordos de Execução dos Acordos de Cooperação. Esclareceu, os Acordos de Execução, são acordos entre as duas entidades no sentido da satisfação das competências que lhes foram passadas, dos municípios para as freguesias, mas as freguesias para as desenvolverem têm de ter meios e recursos. Esses recursos não foram passados através da Lei 75/2013, de 12 setembro, têm de ser em discussão com os eleitos da Câmara e das Juntas de Freguesia. -----

----- Explicou terem procurado aperfeiçoar o que já vinha nos acordos anteriores, ou seja, a delegação de competências são as mesmas, só que foram definidos alguns critérios. -----



----- Disse terem sido aplicados alguns critérios objetivos e quantificáveis. Referiu que, na opinião do executivo, com estas propostas as Juntas Freguesia ficavam melhores, ficavam a saber com o que contavam para cada uma das competências, e que ficavam também mais responsabilizadas, porque o que neste momento lhes é delegado, é passível de contabilizar, e de ver se a sua execução é ou não efetiva. -----

----- Adiantou que com aqueles acordos pretendeu-se clarificar um pouco a relação existente entre a Câmara e as Juntas de Freguesia (...). Saiu daquele acordo de execução uma coisa que não deveria lá estar (inscrições de verbas), dando como exemplo a Junta de São Bartolomeu. Acrescentou não ser a receita efetiva daquela Junta suficiente para pagar o vencimento à funcionária e aos eleitos, da mesma. -----

----- Informou que a Câmara tinha criado a figura do Acordo de Cooperação, através do qual ia apoiar a Junta de Freguesia para o desenvolvimento das suas competências, com uma verba equivalente ao vencimento da funcionária. -----

----- Referiu que tinha sido feita uma reunião com os presidentes de Junta, na qual lhes foi explicado o teor dos acordos, mas os presidentes das Juntas não ficaram, segundo disse, satisfeitos. Acrescentou, estar tranquilo com a atual posição, pelo facto de sempre ter sido crítico dos protocolos anteriores, tendo inclusive votado contra os mesmos. -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** pediu autorização para perguntar aos senhores presidentes de Junta de Freguesia, se realmente tinham sido "ouvidos", por algum membro do executivo, antes de dia doze de setembro, sobre o teor dos Acordos. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** Concedeu-lhe a permissão. -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** colocou a questão aos senhores presidentes das Juntas de freguesia. -----

----- **O deputado Quintino Cordeiro** desejou boa noite a todos os presentes e disse " (...) este acordo de execução foi aprovado pela Câmara, mas antes de apresentado à Assembleia, o senhor presidente da Câmara chamou todos os presidentes de Junta de Freguesia e (...). ".-----



W

----- **O deputado Paulo Ferreira** O deputado interrompendo voltou a perguntar " (...) antes da reunião de Câmara? "-----

-----**O deputado Quintino Cordeiro** respondeu "Antes da reunião de Câmara ninguém nos ouviu". -----

----- **O deputado Paulo Ferreira** disse sentir curiosidade sobre o voto do senhor deputado João Pedro, uma vez que quando o presidente da Câmara era o Dr.º Ângelo de Sá " (...) lá nas discussões da Junta, ele achava (...) que o presidente devia ser mais interventivo (...), mais participativo, e não, apenas, assinar algo que lhe era dado (...) ". -----

----- Salientou estar convicto de que aqueles Acordos estavam em consonância com a lei em vigor. No entanto entendia que os presidentes de Junta também deveriam ter sido "ouvidos" aquando daquela situação, antes das referidas minutas serem aprovadas em reunião de Câmara. -----

----- Disse, " (...) foi esta Assembleia Municipal que vos permitiu estarem tantos meses sem terem os Acordos feitos (...) por duas vezes adiámos esta decisão (...). Tiveram tempo para falar com os presidentes de Junta, (...) não é assim que se descentraliza (...) ". -----

----- **O deputado Quintino Cordeiro** disse ter o executivo, antes de celebrar aqueles Acordos, emitido e enviado às Juntas de Freguesia um documento base, de apoio à elaboração do acordo. Documento, que segundo disse, foi preenchido com os dados de cada freguesia. -----

----- Acrescentou que no caso de alguns elementos que compõem o documento estarem menos corretos, a culpa era igualmente dos presidentes de Junta de Freguesia, que tinham facultado dados incorrectos aquando do preenchimento do documento. Acrescentou " (...) como o senhor presidente da Câmara disse, (...) é um documento aberto (...). Acredito na sensibilidade do senhor presidente da Câmara (...) porque de facto, ele (...) melhor que todos (...) conhece as atividades das Juntas (...) ". -----

----- Terminou a sua intervenção referindo " (...) acredito neste acordo (...), e vou dar voz à

il



Assembleia de Freguesia de Rio de Moinhos, onde a votação foi de sete votos a favor e duas abstenções (...) ". -----

----- **O deputado Paulo Aires** desejou boa noite a todos os presentes e informou que a Junta de São Bartolomeu também não tinha sido ouvida, mas no entanto, depois de lhe ter sido apresentado aquele documento, concluiu que " (...) a Freguesia de São Bartolomeu só tem a ganhar (...) ". Disse que no entender do executivo da freguesia de São Bartolomeu o acordo estava muito bem elaborado, e como tinha sido dito, era um documento em aberto. Logo, no caso de se sentirem penalizados, estavam ali para reivindicar o que fosse necessário. -----

----- **O deputado João Morgado** disse concordar com o Acordo, por não terem outro, por estar em evolução e irem ser ouvidos. Acrescentou ter várias perguntas, entre outras, " (...) como é que uma Junta reage a uma situação de vandalismo, intempérie, roubo (...) por que isto acontece, (...) como é que uma junta consegue cumprir com as suas obrigações (...) ", segundo frisou, com os recursos de que dispõe. -----

----- Salientou ter uma relação "aberta" com o senhor presidente da Câmara, mas que, na sua opinião, as freguesias de São Bartolomeu e Matriz eram beneficiadas, em relação às freguesias de Orada e Rio de Moinhos. Segundo disse, " (...) Juntas rurais, que precisam de apoio (...) ". Acrescentou, que o Acordo devia ir além dos trabalhos que são atribuídos às Juntas de Freguesia que, segundo disse, "são básicos", que devia contemplar alguma verba para a autonomia da Junta e para a realização dos seus projetos. -----

----- Sugeriu que os Acordos de Cooperação ao serem celebrados deixassem " (...) uma margem de vinte e cinco por cento (...) para situações esporádicas, pontuais, anormalidades que (...) possam vir a acontecer (...) ". -----

----- Terminou a sua intervenção dizendo " (...) acho que devíamos ter uma ajuda à nossa autonomia, e gostava que essa ajuda não fosse retirada (...) ". -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse, " (...) quando ouço o senhor vereador Serra dizer que durante doze anos votou, porque " (...) os presidentes diziam isto, ou aquilo (...), e quando



nd

vejo o senhor presidente da Câmara, que implorava, para que colocasse pelo menos alguma verba de despesas de investimento, (...) para que ele equilibrasse o orçamento, (...) isto era-me dito todos os anos!". -----

----- Continuou " (...) como é possível (...) quem há umas Assembleias atrás disse que as Juntas de Freguesia são quem mais próximo da população está, que têm que ser protegidas, que têm que ser ajudadas, apresentem estes protocolos? (...) Eu, classifico estes protocolos como a "montanha pariu um rato", são vergonhosos. E, lamento que os senhores presidentes de junta (...) vão na canção de que isto é um documento aberto (...) ". -----

----- Disse que a atitude praticada naqueles Acordos parecia " (...) uma atitude pidesca, em que se põem os técnicos a averiguar onde foram feitos os trabalhos, se foram feitos aqui ou ali (...), -----

----- Realçou que tirarem a verba de despesas de investimento às Juntas de Freguesia era " (...) uma asneira muito grande (...)!". -----

----- Em relação à Junta de freguesia de São Bartolomeu, sugeriu que fosse criado um grupo de trabalho na Assembleia, para o qual, disse, " (...) gratuitamente me ofereço para trabalhar (...) no sentido de se fazer uma reformulação das Juntas de Freguesia e dar uma área à freguesia de São Bartolomeu (...) para passar a ter (...) uma área que lhe permita obter daí as suas receitas, sem andar aqui a mendigar junto da Câmara Municipal. -----

----- **O deputado João Pedro** perguntou ao senhor presidente da Câmara, " (...) enquanto presidente da Junta da Matriz, (...) quantos anos recebeu a verba de investimento (...) ". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu que tinha recebido uma vez. ----- Reafirmou " (...) quando disse que é um documento em aberto, é um documento em aberto (...) ". -----

----- Quanto à reorganização administrativa que o senhor deputado Ângelo de Sá tinha falado, informou que " (...) tinha feito um plano em determinada altura que tinha sido entregue ao senhor Bravo Nico, (...) portanto o trabalho está feito, existem documentos na junta de São Bartolomeu sobre esse assunto (...) ". -----



----- Salientou " (...) quero que as Juntas de Freguesia lutem (...), que percebam que o presidente da Câmara está aqui para apoiar as Juntas (...), que (...) não mendigam coisa nenhuma, (...) são parceiros. São elas que sabem o que as populações necessitam (...) ". ---

----- **O vereador Joaquim Serra** disse " (...) o deputado Ângelo de Sá fez aqui um exercício da maior hipocrisia política que eu tenho visto. Quem mais atacou as freguesias deste concelho durante doze anos foi ele (...), as freguesias só o incomodavam, (...) vem agora arrumar-se em defensor das freguesias (...) ". Afirmou que as freguesias recebiam no final do anterior mandato menos dinheiro que há doze anos atrás. Disse, todos os anos lhe eram retiradas verbas, há medida que retiravam verbas à Câmara, a Câmara retirava a algumas freguesias. A freguesia da Orada recebia no anterior protocolo quatro mil quinhentos e sessenta euros e vai receber neste acordo oito mil cento e setenta e nove euros (...) ". -----

----- Referiu que os protocolos tinham que ter relatórios, porque eram dinheiros públicos. Explicando com o exemplo do que se tinha passado com o caso das escolas de Borba, onde não tinha sido paga uma verba à Junta de Freguesia da Matriz, porque o senhor presidente da Câmara tinha entendido que a escola não estava pintada mas, sim "esborreteada". Se houvesse relatórios nada disso tinha acontecido. Afirmou que tinha de existir responsabilização pela utilização dos dinheiros públicos. -----

----- Explicou que as verbas dos Acordos eram distribuídas de acordo com as necessidades/ encargos/dimensão de cada Junta de Freguesia. Acrescentou terem sido aqueles os critérios que tinham sido implementados na elaboração dos Acordos. -----

----- Disse " (...) as transferências para as Juntas de Freguesias nem constavam no PAEL (...) ". -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse " (...) se não havia nada no Plano certamente não foi o executivo que impôs isso, (...) poderá haver uma lacuna técnica, (...) tecnicamente às vezes há lapsos (...), da parte do executivo (...) não houve nenhuma penalização às Juntas de Freguesia. Mais, pelo menos havia reuniões antes dos protocolos, onde as pessoas se manifestavam (...) ". -----



id

----- Relativamente às verbas de investimento, referiu que as Juntas mais dinâmicas se serviam dessa verba. Referiu ser lamentável que a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, ainda não tivesse recebido a verba referente ao investimento em sinais de trânsito no ano de dois mil e treze. -----

----- Realçou, ser um erro não constar naqueles Acordos despesas de investimento. -----

----- Disse ao senhor presidente da Câmara que o projeto de reorganização Administrativa estava parcialmente feito, adiantando " (...) o partido socialista está disponível para ajudar no que for preciso (...) ". -----

----- **O deputado João Letras** desejou boa noite a todos os presentes e disse ter o PSD – Partido Social Democrata, em tempo oportuno, na sequência da proposta de reorganização administrativa das Juntas de Freguesia, sugerida pelo Governo, ter apresentado à Assembleia Municipal a fusão das Freguesias de Matriz e de São Bartolomeu. Proposta que, segundo disse, permitia a cada uma das Freguesias preservar a sua identidade, pois os "serviços" e "edifícios" poderiam continuar a existir. Acrescentou que caso o Partido Socialista não tivesse votado contra, e a proposta tivesse sido aprovada, ter-se-ia, conseguido para essa freguesia, em consequência do processo de agregação, uma majoração de quinze por cento em sede de orçamento de estado e poupar, na verba a atribuir aos executivos. O que significava, no seu entender, " (...) um bom acordo (...) para Borba (...) coerente com os recursos (...) ". -----

----- Seguidamente disse, " (...) enquanto estivermos na vida política, e na vida pública, devemos sempre pautar-nos pela responsabilidade e não fazer o inverso (...), que o deputado Ângelo de Sá quer fazer, que é, arranjar uma maneira encapotada de aumentar a área de São Bartolomeu, só para que se mantenha a Junta de Freguesia a funcionar (...) ". -

----- Realçou " (...) muitas vezes (...) não há responsabilidade nenhuma por parte de quem detém os cargos políticos (...), isto era um ato de responsabilidade (...), toda a gente percebe isso (...) ". -----



----- Terminou, realçando o facto de que deveria existir coerência na gestão dos recursos públicos. -----

----- **O deputado Quintino Cordeiro** relativamente á questão da sinalização, disse ao deputado Ângelo de Sá " (...) acho estranho (...) que a fatura referente à sinalização tenha entrado na Câmara antes deste executivo, ter tomado posse, e não tenha sido paga (...) ". ---

----- Referiu ter sido informado que aquela aquisição tinha sido ilegal, razão pela qual a Câmara não podia pagar à Junta aquele valor. Acrescentou, que pelo facto do protocolo adicional dizer " (...) recebem-se estas verbas para praticar atos da competência da primeira, (...) da Câmara, que se consideram vantajosos ser praticados pela segunda (...) ", ter acordado com o senhor presidente da Câmara, em substituição vedar o parque infantil da Nora. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse que a aquisição dos sinais por parte da Junta de Santiago Rio de Moinhos não tinha sido ilegal. Acrescentou que todos os documentos da aquisição dos sinais estavam dentro da legalidade, e ter sido essa aquisição feita por ajuste direto. -----

----- Relativamente à reorganização das Juntas de Freguesia, disse " (...) a intenção que havia era acabar, (...) com a Junta de São Bartolomeu (...), isso da fusão é tudo conversa (...) de encher balões (...), ". Adiantou, ter-se entendido na altura, não haver a possibilidade de se fazer a reorganização, mas que presentemente existia essa possibilidade. Acrescentou terem na altura optado por não extinguir a Junta de Freguesia de São Bartolomeu, pelo facto de ser uma das Juntas " (...) mais simbólicas do concelho (...) ". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** salientou o seu empenho com os presidentes de Juntas de Freguesias e com as populações por eles representadas. Afirmou que aqueles documentos eram documentos em aberto, que seriam discutidos sempre que os presidentes de Junta os quisessem discutir. Que o trabalho desenvolvido era um trabalho com respeito, e que os presidentes de Junta poderiam contar com a Câmara.-----



in

----- Referiu que aqueles documentos não davam o justo, mas sim o possível. Esperava no próximo ano apresentar valores mais justos. -----

----- **O vereador Benjamim Espiguinha** desejou boa noite a todos os presentes e relativamente à intervenção do deputado Ângelo de Sá disse " (...) o homem agora resolve tudo (...) teve doze anos na Câmara, com maioria absoluta, maioria PS nas Juntas (...), maioria do partido socialista no Governo (...) e vejam só, agora é que é a altura ideal para mudar (...) a área das Juntas de Freguesia (...). É o célebre projeto do buraco que abre (...) constantemente, aliás esta zona da Câmara é propícia a buracos, agora já existe um projeto e facilmente (...) isto se resolvia (...) ". -----

----- Disse, e afirmou, ao deputado Ângelo de Sá que o que o PSD tinha proposto tinha sido a agregação e nunca a extinção. Salientando que a proposta tinha sido feita por ele, em nome do PSD, porque era quem representava o PSD na altura. Deu como exemplo o que o António Costa tinha feito em Lisboa, onde houve agregação de Freguesias.

----- Seguidamente disse que a despesa de investimento feita pela Junta de São Bartolomeu no ano dois mil e doze tinha sido um corta relva. -----

----- Saudou o vereador Nelson Sousa pela votação feita em relação á aplicação das taxas máximas, porque " (...) era o único, ao contrário dos restantes eleitos do PS, que estava mais liberto para poder votar contra, porque ele não conduziu as finanças da Câmara à situação em que elas estão, foi o senhor (...) não aprovou o PAEL foram estes três senhores que aqui estão (...) ". Disse que o vereador Nelson Sousa, " (...) não teve responsabilidade nenhuma e teve a atitude coerente de votar a favor das taxas máximas porque sabe aquilo que está escrito no PAEL. O senhor deputado Ângelo de Sá (...) esquece-se muito das coisas (...). Eu estive aqui nesta sala numa reunião com as Associações, em que o vi a criticar um Regulamento que foi feito por si. Eu, (...) neste momento senhor deputado Ângelo de Sá, já espero tudo (...) ". Pediu ao deputado Ângelo de Sá que tivesse alguma coerência e " (...) deixe (...) de se armar em salvador da pátria, (...) Borba é uma cidade (...), deixemo-nos de hipocrisia (...) e façamos o que todos nos comprometemos há um ano

nl



atrás, colocar Borba em primeiro lugar, (...) colocar os interesses de Borba e dos Borbenses em primeiro lugar (...). -----

----- Realçou que em política algo que "fica bem" é a coerência. -----

----- Na sua opinião, todos os assuntos que sejam do interesse para os borbenses, quer sejam eles apresentados pela oposição ou pela maioria do executivo, devem ser votados em favor dessa mesma população que defendem, e não acontecer como na apresentação da proposta da agregação das freguesias, apresentada pelo PSD, em que as pessoas votaram consoante a força política que representavam e não consoante os interesses da população.

----- Afirmou " (...) estou aqui para defender os interesses de Borba e não os do PSD e defendê-los-ei em qualquer posição em que esteja (...), enquanto estiver na política, é para defender a minha terra e os meus munícipes (...). -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse ao senhor deputado Benjamim Espiguinha, " (...) a agregação, acabava com a Junta de Freguesia de São Bartolomeu, (...) dentro dos eleitos do Partido Socialista, da altura, entendeu-se que a Junta de São Bartolomeu tinha um simbolismo muito grande na cidade (...). -----

----- Relativamente ao buraco em frente à Câmara, disse " (...) é sabido que dentro desta Câmara, existe um projeto (...) não só para este espaço, o vereador Serra sabe do que estou a falar, (...) existe um projeto para toda a cidade, faseado em várias fases. É uma questão de perguntar nos serviços o que é que há, é para isso que os técnicos cá estão, (...), neste executivo os técnicos têm um papel importante, como foi dito pelo deputado Rui Franco (...). Perguntem à técnica que tem o serviço de águas e ao senhor engenheiro Marques, que sabem do assunto, (...) até se pronunciaram sobre ele (...). -----

----- Relativamente ao IMI, disse " (...) é necessário que se bata o pé, para tentar melhorar as coisas. Na minha opinião o que foi feito, foi muito pouco, bons alunos estamos todos fartos de ser (...). -----

----- Disse ao deputado Benjamim Espiguinha " (...) o regulamento não foi feito por mim (...), foi feito por técnicos no meu mandato (...). Eu, sempre estive cá por Borba e coerência



nl

é coisa que não me falta (...) ". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com doze votos a favor, cinco votos contra e duas abstenções. Os eleitos do PS apresentaram declaração de voto (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº 8**).-----

-----PONTO TRÊS PONTO NOVE: Minutas de Acordos de Cooperação com as Juntas de Freguesia e submissão a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse que era importante que houvesse um esclarecimento, relativamente ao facto de só duas Juntas de Freguesia terem assinado aquele Acordo de Cooperação. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que aqueles acordos tinham sido feitos com aquelas duas Juntas, porque em princípio, eram as Juntas que estavam mais necessitadas daquele apoio, para puderem continuar a exercer o seu trabalho. -----

----- **O vereador Joaquim Serra** disse que o acordo feito com a Freguesia de São Bartolomeu, visava enquadrar dentro da legislação a atribuição de uma verba de cerca de nove mil euros para fazer face às despesas com a funcionária, porque o orçamento da Junta de Freguesia não suporta essa despesa. -----

----- Relativamente ao Acordo de Cooperação com a Junta de Freguesia de Orada, disse pretender dar apoio no imediato, ao serviço do coveiro, por esse funcionário se ter reformado. Explicou, a Câmara Municipal tem dois coveiros e através deste acordo garante o serviço na Orada, dispensando assim a admissão de um coveiro por parte da Junta de Freguesia de Orada. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse " (...), penso que não perceberam a minha pergunta. Porque é que as outras duas Juntas, não têm nenhum acordo? Não há necessidade? (...) Na Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, penso que os trabalhadores (...) que da Câmara

nl



lá estão (...) não morreram? (...) isso não está previsto em nenhum protocolo de cooperação? (...) ". -----

----- **O vereador Joaquim Serra** respondeu, dizer numa das alíneas do Protocolo de Execução, que nos Protocolos de Execução o que deve ser acordado são os apoios financeiros, e que a questão dos recursos humanos deve ser definida por convenção entre as partes. -----

----- Acrescentou que numa futura reunião entre a Câmara e os presidentes de Junta de Freguesia, iriam definir quais os recursos humanos a agregar, a este acordo de execução. --

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com doze votos a favor, cinco votos contra e duas abstenções. Os eleitos do PS apresentaram e leram declaração de voto (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº 8**). -----

" Os eleitos do Partido Socialista votam contra os pontos 3.8 e 3.9 pelos seguintes motivos:

1. O desrespeito por parte do executivo para com as Juntas de Freguesia uma vez que a negociação foi quase inexistente. As reuniões que existiam entre o Município e as Juntas de Freguesia foram para apresentar os referidos acordos e não para os negociar. -----
2. Ausência de verbas que possam dotar as Juntas de Freguesia de autonomia financeira para realizar investimento. Apoio ao investimento que vigorava nos anteriores protocolos e que deixou de existir. -----
3. A introdução de uma comissão fiscalizadora que visa oprimir e amedrontar um órgão que se quer livre e independente. -----
4. Os levantamentos efetuados que nos parece não transparecerem a realidade, tornando-se estes quase ridículos. -----
5. Pela incongruência espelhada nos protocolos onde algumas Juntas têm acordos de cooperação e outras onde este acordo é inexistente.



W

-----PONTO TRÊS PONTO DEZ: Proposta de Aprovação da Versão Final do Projeto de Regulamento de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município de Borba, após audição pública e audiência dos interessados. -----

----- **O deputado João Pedro** perguntou se a proposta de alteração daquele regulamento estava relacionada com alguma modificação à legislação em vigor. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse estar a mesma relacionada com a lei do Licenciamento Zero. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos presentes. No momento da votação estava ausente da sala um deputado municipal. -----

-----PONTO TRÊS PONTO ONZE: Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro integrado no PAEL – 2º Trimestre de 2014. (Título Informativo) -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** referiu que de acordo com o previsto na alínea a), do nº 1, do artigo 12º, da Lei 43/2012 de 28 de agosto, a Monitorização e Acompanhamento do PAEL, é efetuada pela Assembleia Municipal trimestralmente, através de informação prestada pela Câmara Municipal, que integra obrigatoriamente a avaliação do grau de execução dos objetivos previstos no Plano, bem como qualquer outra informação considerada pertinente. -----

----- Disse que os documentos tinham sido entregues a todos os senhores deputados, mas que o Dr. Passinhas estava presente para esclarecer alguma dúvida que pudesse existir. -----

----- **O deputado Ângelo de Sá** disse que o documento apresentado era um documento técnico, logo pretendia um esclarecimento sobre o documento apresentado. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse “ (...) a tutela exige a monitorização anual, e cabe á Assembleia Municipal fazer a monitorização da execução do Plano de Ajustamento Financeiro trimestralmente. (...) atenção que se trata do relatório ao final do segundo semestre, e (...) dividimo-lo em algumas partes, nomeadamente (...) as maiores



incidências do Plano de Ajustamento Financeiro. O ponto dois retrata (...) a síntese da situação financeira atual e previsões de evolução do PAF, se verificarem as rubricas que apresentamos, têm uma variação, em percentagem, (...) muito próxima dos cinquenta por cento, aparece com um valor negativo (...). A forma de apresentação (...) é a apresentada pela tutela (...), significa que estamos em linha de conta com o que é previsto no PAF (...).

----- Disse que na sua opinião a parte mais importante desta monotorização é o ponto três por ser o ponto que " (...) apresenta as medidas (...) propostas no Plano de Ajustamento Financeiro, quer no lado do aumento da receita, quer no lado da redução da despesa (...).

----- Continuou, relativamente ao primeiro caso, fixação das taxas máximas de IMI, disse " (...) era previsível que no final do ano de dois mil e catorze, o município arrecada-se a receita que arrecadou em dois mil e onze e mais um acréscimo em dois mil e onze, porque o PAF foi elaborado no ano de dois mil e doze, (...) no montante de quarenta e quatro mil euros. À data de elaboração deste relatório (trinta de Junho de dois mil e catorze) o município tinha arrecadado uma receita igual à de dois mil e onze e mais quarenta e um mil euros. (...) é expectável até final do ano superar esta medida. -----

----- A segunda medida está relacionada com o aumento da receita com a fixação da Derrama, prevíamos arrecadar a receita de dois mil e onze, acrescida de mil duzentos e dezassete euros. À data em que foi elaborado este relatório, ainda estávamos aquém desta situação. No entanto (...) já era expectável que isso viesse a ocorrer (...), porque a receita da derrama, não é uma receita que tenha uma evolução constante em todos os meses. (...)

----- A terceira medida está relacionada com a venda de património, era previsto no PAF arrecadar a receita de dois mil e onze, com a venda de património, e mais um acréscimo de dezanove mil euros. O que está a ocorrer é precisamente o inverso, não só não vendemos o que vendemos em dois mil e onze, como não vendemos nada. É expectável, não virmos a (...) alcançar nada, com esta receita. (...) -----

----- Relativamente ao aumento da receita com os rendimentos de propriedade, era previsível que arrecadássemos o mesmo montante de dois mil e onze e cerca de onze mil

euros a mais. À data em que foi elaborado o relatório isso não estava a ocorrer, havia uma variação negativa de duzentos e cinquenta e dois mil euros. No entanto, é expectável que se cumpra esta medida, porque quando se elaborou este relatório, ainda só tinha entrado, um trimestre da renda de concessão da EDP, e esta renda (...) é a mais importante para o município (...) faltava ainda três trimestres (...), e ainda não tinha sido executada a renda de concessão às Águas do Centro Alentejo (...). -----

----- As duas seguintes medidas foram as propostas para redução de despesa, uma relacionada em reduzir despesas com o pessoal e outra (...) reduzir despesas associadas a subsídios. Em relação às despesas com o pessoal, á data (...) deste relatório estávamos muito aquém daquilo que foi previsto no PAF, no entanto é expectável cumprir (...), porque falta executar meio ano (...). -----

----- No que respeita á poupança de despesas com subsídios, (...) aqui subsídios não significa atribuição de apoios a associações ou coletividades, significa ter despesas associadas ao trabalho de programas ocupacionais. Era previsível haver uma diminuição da despesa nesse sentido em relação a dois mil e onze, no montante de dois mil e poucos euros, e o que está a ocorrer em relação a trinta de Junho de dois mil e catorze, é que já há um acréscimo de despesa de cerca de cinco mil euros. (...), isso acontece porque (...) surgiram novas possibilidades de candidatura a programas ocupacionais (...) que não estavam previstas em dois mil e e onze (...) ". Explicou ter o município optado por aquelas candidaturas, como forma de colmatar algumas dificuldades e gerar um pouco mais de atividade no concelho. -----

----- No seguimento disse " (...) o ponto quatro refere-se à previsão da receita e à previsão da despesa, a (...) grande maioria das rubricas tem um comportamento em linha de conta com o que foi previsto, e o que não está previsto está identificado. -----

----- O quadro cinco apresenta a evolução da dívida e do serviço da dívida de médio e longo prazo, está mais ou menos em linha de conta com aquilo que foi previsto, exceto nos casos em que houve alteração, como por exemplo, o PAF assumiu que havia receita, que entrava



de PAEL, para pagar determinadas despesas, como por exemplo o caso da ADSE, o que não veio a ocorrer, e os desvios verificam-se em cenários desta natureza (...). -----

----- O último ponto que foca o relatório é a calendarização da redução anual do endividamento líquido, (...) é o ponto menos importante, neste momento, porque (...) o endividamento líquido é um indicador que neste já não é utilizado na lei das finanças locais, (...) foi revogado no final do ano passado (...). O endividamento líquido tem o problema de estar a contar com receita que ainda não foi arrecadada, nomeadamente a receita que entra do Orçamento de Estado, (...) ". -----

---PONTO TRÊS PONTO DOZE: Apreciação do Relatório Financeiro do 1º Semestre de 2014, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas (ROC). -----

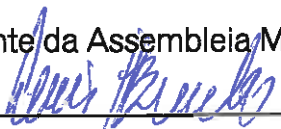
----- **O presidente da Câmara Municipal** disse que aquele documento tinha sido entregue a todos os deputados para apreciação, e adiantou que caso fosse necessário alguma explicação técnica o Dr. Passinhas estava à disposição. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo inscrições, informou que iriam ser lidas, em voz alta, e votadas, as nove minutas dos pontos da ordem de trabalhos. -----

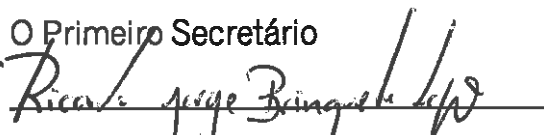
----- Colocadas a votação, as minutas foram aprovadas por unanimidade. -----

----- Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão. -----

O Presidente da Assembleia Municipal


Luiz Manuel dos Santos Bimbo

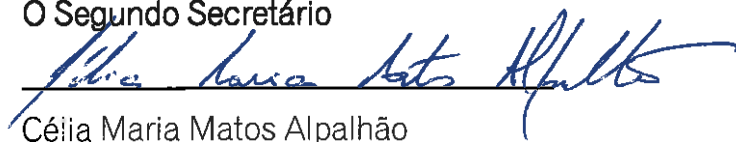
O Primeiro Secretário


Ricardo Jorge Brinquete Lapão



il

O Segundo Secretário



Célia Maria Matos Alpalhão

